



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-
POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-
PPGEO

MARKSTON SUELYKOVYK DA SILVA SOARES SANTOS

POPULAÇÃO IDOSA E PREVIDÊNCIA PÚBLICA EM SERGIPE - UMA
ANÁLISE A PARTIR DOS CENSOS POPULACIONAIS

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2024

MARKSTON SUELYKOVYK DA SILVA SOARES SANTOS

**POPULAÇÃO IDOSA E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM SERGIPE - UMA
ANÁLISE A PARTIR DOS CENSOS POPULACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS, sob orientação da Profa. Prof.^a Dr.^a Christiane Senhorinha Soares Campos, como requisito de avaliação da pesquisa de Mestrado em Geografia.

Área de Concentração: Produção e organização do espaço

Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais e Desenvolvimento.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE

S237p Santos, Markston Suelykovyk da Silva Soares
População idosa e Previdência Social em Sergipe
– uma análise a partir dos censos populacionais /
Markston Suelykovyk da Silva Soares Santos ;
orientadora Christiane Senhorinha Soares Campos. –
São Cristóvão, SE, 2024.
89 f.: il.

Dissertação (mestrado em Geografia) –
Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Geografia. 2. Envelhecimento da população -
Sergipe. 3. Previdência social. 4. Política pública. 5.

Bença a vóvó!

Dona Adelice dos Santos, não há dúvida que a senhora foi a melhor professora que eu conheci na vida, dentro e fora das salas de aula, e esse é um agradecimento especial para senhora. Quando no dia 22/05/2023, a senhora partiu, eu não pude me despedir da forma como realmente gostaria, e por mais que eu entendesse que a senhora precisava descansar, eu não estava pronto para lidar com sua partida, ninguém estava. Em nossa última conversa, no hospital, em meio a todo medo, com toda dor e incerteza, a senhora não esqueceu do quanto eu me dedicava aos estudos e fez a pergunta que se tornaria a frase que me fez acreditar e deu forças até aqui, disse a senhora, “e o mestrado, já está acabando?” quando respondi que estava no caminho e que estava complicado, ouvi o que seria o meu maior incentivo para não desistir e ir até o final, “é difícil, mas você consegue, desista não”. A vóvó delice, meus eternos agradecimentos, a essência da senhora permanecerá para sempre entre todos que te amavam! Te amo, vóvó!

EM MEMÓRIA!

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a professora Christiane, para mim, apenas prof.^a Senhorinha, por toda paciência, compreensão, ensinamentos nesse árduo caminho da pesquisa e por ter acreditado e contribuído para o meu amadurecimento e que eu pudesse acreditar que era possível. Agradeço também ao professor Neilson, por ter aberto as portas da iniciação científica em 2016 e quase uma década depois, ainda se dispor a colaborar com minha trajetória acadêmica. Também agradeço a todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha trajetória de vida, que nos momentos difíceis dessa trajetória, se dispuseram a me ajudar de diferentes maneiras, vocês são especiais e importantes. Agradeço em especial a Catharina, para mim, Cat, por todas as vezes que me socorreu para resolver todo e qualquer problema acadêmico, e ao meu amigo Silas, por ter dado sido meu parceiro de PIBIC e dado início a essa trajetória em 2016. Ao mesmo tempo que agradeço a banca avaliadora, formada pelas professoras Josefa Lisboa e Verlane Aragão, pela disposição e pelas orientações referentes a pesquisa. Por fim, agradeço à Universidade Federal de Sergipe (UFS), ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) por fomentar a presente pesquisa.

RESUMO

O envelhecimento populacional se tornou um dos principais fenômenos populacionais das últimas décadas, sendo um fenômeno global, que atinge diversas sociedades em diferentes escalas. No Brasil, a pirâmide etária tem se transformado nas últimas décadas, tomando uma forma que destaca o ápice, devido ao aumento do número de idosos, chegando a aproximadamente 15% da população total (IBGE, 2022). Em Sergipe, a população idosa representa cerca de 13,3% da população. O aumento dos índices de envelhecimento é acompanhado de diversos acontecimentos que interferem diretamente na dinâmica socioespacial. A crescente proporção de idosos na estrutura populacional requer políticas públicas que atendam as crescentes demandas para este grupo populacional, como é o caso da previdência social. Desse modo, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar a evolução de alguns indicadores das condições de vida da população idosa em Sergipe neste século XXI, bem como identificar os rebatimentos do processo de envelhecimento nos benefícios previdenciários no estado. A previdência social é uma das políticas públicas universais implementadas a partir da Constituição de 1988, que tem contribuído para reduzir a pobreza no país, mas também é uma das políticas mais afetadas pelas reformas neoliberais implementadas a partir da década de 1990. Uma pesquisa sobre essa temática no estado de Sergipe se justifica porque tanto o envelhecimento quanto a política previdenciária têm efeitos bastante heterogêneos no tempo e no espaço, de modo que requerem contínuas análises multiescalares. No âmbito teórico a pesquisa se propõe a debater o processo de envelhecimento, bem como analisar brevemente as políticas públicas, buscando evidenciar como o contexto neoliberal que vem impondo limitações quantitativas e qualitativas às políticas sociais à medida que o fundo público vai sendo utilizado para outras finalidades. Entre os autores que ancoram o debate teórico se destacam Meneses (2014), Camarano (2004), Oliveira (2019), Souza (2006), Gentil (2006), Fagnani (2008), Salvador (2012), Gonzalbo (2015), Mascaro (2013), Parada (2006). O recorte temporal da pesquisa é o século XXI em função da disponibilidade tanto de dados censitários quanto previdenciários. No que tange aos procedimentos metodológicos, além da revisão bibliográfica, a pesquisa se alicerça na estatística descritiva, analisando os últimos dois censos demográficos do IBGE, bem como os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS. Entre os resultados da pesquisa, destacamos que a população sergipana segue em ritmo de envelhecimento acima da média do Nordeste na última década e tem apresentado aumento da população acima dos 75 anos acompanhado de um progressivo aumento da expectativa de vida. No que tange a previdência pública a pesquisa evidencia a relevância social da aposentadoria por idade. Comparando-se dados do Brasil, Nordeste e Sergipe verifica-se que a proporção das aposentadorias por idade em Sergipe é muito maior do que na escala regional e nacional. E sobretudo nas áreas rurais sergipanas é bem mais elevada a quantidade de aposentadorias por idade do que de aposentadorias por tempo de contribuição. Nesse sentido, considerando-se que a previdência social tem tido um papel fundamental na redução da pobreza, a ampliação da idade da aposentadoria tem efeitos deletérios para a população idosa, particularmente para a sergipana.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional em Sergipe, Políticas Públicas, Previdência Social, Neoliberalismo.

Resumen

El envejecimiento poblacional se ha convertido en uno de los fenómenos demográficos más destacados de las últimas décadas, siendo un fenómeno global que afecta a diversas sociedades en diferentes escalas. En Brasil, la pirámide etaria ha cambiado en las últimas décadas, adoptando una forma que destaca el vértice debido al aumento del número de ancianos, que ahora representa aproximadamente el 15% de la población total (IBGE, 2022). En Sergipe, la población anciana representa alrededor del 13,3% de la población. El aumento de los índices de envejecimiento viene acompañado de diversos acontecimientos que afectan directamente la dinámica socioespacial. La creciente proporción de ancianos en la estructura poblacional requiere políticas públicas que aborden las crecientes demandas de este grupo poblacional, como es el caso de la seguridad social. Así, el objetivo general de esta investigación es analizar la evolución de algunos indicadores de las condiciones de vida de la población anciana en Sergipe en este siglo XXI, así como identificar los efectos del proceso de envejecimiento en los beneficios de seguridad social en el estado. La seguridad social es una de las políticas públicas universales implementadas a partir de la Constitución de 1988, que ha contribuido a reducir la pobreza en el país, pero también es una de las políticas más afectadas por las reformas neoliberales implementadas desde la década de 1990. La investigación sobre este tema en el estado de Sergipe se justifica porque tanto el envejecimiento como la política de seguridad social tienen efectos bastante heterogéneos en el tiempo y en el espacio, lo que requiere análisis multiescalares continuos. En el ámbito teórico, la investigación se propone debatir el proceso de envejecimiento, así como analizar brevemente las políticas públicas, buscando evidenciar cómo el contexto neoliberal ha impuesto limitaciones cuantitativas y cualitativas a las políticas sociales a medida que el fondo público se destina a otros fines. Entre los autores que fundamentan el debate teórico se destacan Meneses (2014), Camarano (2004), Oliveira (2019), Souza (2006), Gentil (2006), Fagnani (2008), Salvador (2012), Gonzalbo (2015), Mascaro (2013), Parada (2006). El recorte temporal de la investigación es el siglo XXI debido a la disponibilidad tanto de datos censales como previdenciarios. En cuanto a los procedimientos metodológicos, además de la revisión bibliográfica, la investigación se basa en la estadística descriptiva, analizando los dos últimos censos demográficos del IBGE, así como los datos del Anuario Estadístico de la Seguridad Social - AEPS. Entre los resultados de la investigación, se destaca que la población de Sergipe sigue un ritmo de envejecimiento superior a la media del Nordeste en la última década y ha mostrado un aumento en la población mayor de 75 años acompañado de un aumento progresivo en la esperanza de vida. En lo que respecta a la seguridad social, la investigación evidencia la relevancia social de la jubilación por edad. Comparando datos de Brasil, Nordeste y Sergipe, se verifica que la proporción de jubilaciones por edad en Sergipe es mucho mayor que en la escala regional y nacional. Y especialmente en las áreas rurales de Sergipe, es mucho más alta la cantidad de jubilaciones por edad en comparación con las jubilaciones por tiempo de contribución. En este sentido, considerando que la seguridad social ha tenido un papel fundamental en la reducción de la pobreza, la ampliación de la edad de jubilación tiene efectos perjudiciales para la población anciana, particularmente para la sergipana.

Palabras clave: Envejecimiento poblacional en Sergipe, Políticas Públicas, Seguridad Social, Neoliberalismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 Mapa de Sergipe – índice e taxa de envelhecimento populacional por territórios de planejamento – 1970/2010

61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Envelhecimento Populacional no Mundo, 1950 – 2100	20
Gráfico 2	Fases da transição demográfica	22
Gráfico 3	Participação relativa dos grupos etários na população total (2010/2060)	24
Gráfico 4	Porcentagem de idosos na população brasileira por sexo - projeção 2010/2060	25
Gráfico 5	Índice de envelhecimento (parâmetro:60 anos ou mais de idade), segundo as Grandes Regiões - 2010/2022	26
Gráfico 6	Proporção da população com idade até 14 anos e acima de sessenta anos, 1980-2070	26
Gráfico 7	Taxa de fecundidade no Brasil 1940 – 2010	29
Gráfico 8	Pirâmide Etária Brasileira de 1970 a 2010.	30
Gráfico 9	Projeção da Pirâmide Etária no Brasil em 2100	31
Gráfico 10	Expectativa de vida e Fecundidade 1991 a 2022	62
Gráfico 11	Pirâmide Etária de Sergipe de 2000 a 2010	63
Gráfico 12	Pirâmide Etária de Sergipe de 2020 a 2030	63
Gráfico 13	Sergipe - Distribuição da População por Grandes Categorias de Idade – 1970/2030	64
Gráfico 14	Super Envelhecimento em Sergipe 1991 a 2022	65
Gráfico 15	Evolução dos Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2022	69
Gráfico 16	Total de aposentadorias X Aposentadoria por Idade 2010 e 2022 – Brasil	70
Gráfico 17	Total de Aposentadorias X Aposentadoria por Idade 2010 e 2022 – Nordeste	72
Gráfico 18	Total de Aposentadoria X Aposentadoria por Idade 2010 e 2022 – Sergipe	72
Gráfico 19	Aposentadoria por Idade Total X Urbana X Rural – Brasil 2010 e 2022	74

Gráfico 20	Aposentadoria por Idade Total X Urbana X Rural – Nordeste 2010 e 2022	75
Gráfico 21	Aposentadoria por Idade Total X Urbana X Rural – Sergipe 2010 e 2022	76
Gráfico 22	Quantidade de benefícios do RGPS emitidos - 2006 a 2022	85
Gráfico 23	Quantidade de benefícios emitidos por clientela - 2006 a 2022	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Esperança Média de Vida – Sergipe – 1991 a 2019	58
Tabela 2	Esperança Média de Vida – Brasil – 1991 a 2019	59
Tabela 3	Índice de envelhecimento em Sergipe	61
Tabela 4	Quantidade de benefícios emitidos, por clientela, segundo os grupos de espécies - Posição em dezembro - 2008/2010	86
Tabela 5	Valor de benefícios emitidos, por clientela, segundo os grupos de espécies - Posição em dezembro - 2008/2010	87
Tabela 6	Benefícios emitidos pelo INSS, por clientela, segundo os grupos de espécie - 2022	87
Tabela 7	Benefícios do RGPS emitidos, por clientela, segundo as unidades da federação – 2022	88
Tabela 8	Benefícios emitidos, por clientela, segundo as espécies - 2022	89

LISTA DE SIGLAS

AEPS - Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS

CF – Constituição Federal

DATAPREV – Empresa pública brasileira, vinculada ao Ministério da Economia

DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOA – Lei Orçamentária Anual

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RPGS – Regime Geral da Previdência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ENVELHECIMENTO POPULACIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO NO CONTEXTO LIBERAL	20
2.1	Envelhecimento populacional no Brasil	20
2.2	Políticas públicas: debate conceitual e breves considerações sobre o papel do Estado	31
3	PREVIDÊNCIA PÚBLICA NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL	44
3.1	Neoliberalismo e fundo público	44
3.2	Previdência pública no Brasil – entre os direitos constitucionais e as demandas do mercado	48
4	ENVELHECIMENTO E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM SERGIPE NO SÉCULO XXI	58
4.1	Envelhecimento populacional em Sergipe	58
4.2	Evolução dos benefícios previdenciários em Sergipe na última década	67
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFÊRENCIAS	81
	ANEXOS	85

1 – INTRODUÇÃO

A estrutura da população mundial passou por diferentes estágios no decorrer da história, em especial, após os processos de revolução industrial, que alterou as formas de produzir e ocupar o espaço, passando a influenciar diretamente na dinâmica da população pelo mundo. Os processos de industrialização, frequentemente acompanhados do fenômeno da urbanização, que se iniciou pelo globo, alterou a estrutura das populações de cada país, mesmo que em diferentes momentos ou em períodos e velocidades distintas.

O mundo passou a acompanhar as diferentes fases da chamada transição demográfica, que envolve as mudanças na estrutura etária de uma população, passando por quatro importantes fases, considerando um padrão de alteração que tem início numa estrutura, que envolve uma população com elevada taxa de natalidade e mortalidade, além da baixa expectativa de vida, até alcançar uma fase da transição a qual as taxas de mortalidade, fecundidade e natalidade são baixas, enquanto a expectativa de vida é alta. A estrutura transita desta forma, de uma população mais jovem para uma população mais envelhecida.

De acordo com as Nações Unidas – ONU, o envelhecimento populacional está prestes a se tornar uma das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações transversais para todos os setores da sociedade: na procura de bens e serviços, nos transportes, na proteção social, nas estruturas familiares e laços intergeracionais. Estima-se que o número de idosos no ano de 2050 com 60 anos ou mais, duplique e triplique em 2100, passando de 962 milhões em 2017, para 2,1 mil milhões em 2050 e 3,1 mil milhões em 2100.

As condições estruturais de uma população influenciam diretamente nas questões socioespaciais, que acordo com Lefebvre (1974), é constituído por relações sociais e econômicas, deste modo, as características populacionais nos diversos espaços pelo mundo configuram-se heterogêneas, uma vez que estas são consequência dessas relações. O espaço é considerado uma produção social, e mesmo que, segundo Lefebvre (1974) esteja apoiado numa globalidade, é observado, produzido e transformado em diferentes escalas, desta forma, a produção e

reprodução do espaço, mesmo orquestrada numa ideia global, alcança uma escala local.

Lefebvre (1974, p. 14) considera que “O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo).” Desta forma, evidencia as atividades econômicas e as questões sociais como fundamentais nas relações e transformações socioespaciais. As transições demográficas estão inseridas nestas questões, mesmo que estejam em diferentes etapas no mundo, logo, condicionam de maneira diferente nas questões econômicas, sociais e políticas em diferentes países.

No Brasil, os processos de industrialização e urbanização, desencadeados em meados dos anos 1930, causaram mudanças significativas na dinâmica populacional no país, e posteriormente, nas questões aqui mencionadas. As primeiras grandes mudanças envolveram o aumento da população urbana, que num período marcado pela explosão demográfica brasileira, alcançou e ultrapassou, nos anos 1970, a população rural do país. Esta mudança fez parte de um processo que já havia acontecido em países que passaram por uma industrialização tradicional, a exemplo da Inglaterra.

A partir de então, outras mudanças significativas aconteceram na população brasileira, em especial, ligadas ao fator industrialização, que impactou nas condições estruturais das cidades, e nos avanços técnicos e científicos na medicina, que possibilitou diminuição das taxas de mortalidade e aumento na esperança de vida da população. Outro fator fundamental para que o Brasil mergulhasse na transição demográfica e passasse a apresentar mudanças importantes na estrutura da sua população, foi a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, que vem paulatinamente provocando redução nas taxas de fecundidade. O aumento da expectativa de vida e a diminuição das taxas de fecundidade, indicam uma das principais consequências da transição demográfica, o envelhecimento demográfico, assim, aumentando a participação dos idosos na população.

De acordo com Oliveira (2019), o envelhecimento populacional tem uma relação muito estreita com a transição demográfica, uma vez que, a variação dos níveis de natalidade, fecundidade e mortalidade modificam a participação dos grupos etários. As modificações estruturais, somadas as mudanças sociais e populacionais, contribuíram para um progressivo aumento da expectativa de vida e um significativo envelhecimento da população brasileira, década após década.

O envelhecimento populacional e o aumento do número de idosos no Brasil desencadearam entre outros processos, a necessidade de mudanças e elaborações de políticas públicas voltadas para este grupo populacional, que pudessem atender as necessidades básicas que assegurem uma melhor qualidade de vida para essa população. Entre as diferentes políticas que envolvem as pessoas que configuram o ápice da pirâmide etária, pode-se destacar as que envolvem saúde e renda. Cabe ressaltar que neste trabalho, consideramos idosos todas as pessoas com 60 anos ou mais, como consta no Art. 1º do Estatuto da Pessoa Idosa (2023).

Segundo Camarano e Pasinato (2004), a qualidade de vida da população idosa apresenta relação direta com os recursos monetários. Uma vez que, diante do sistema econômico, social e político que estamos inseridos, importantes necessidades da vida humana, perpassam pela necessidade de obter recursos financeiros para consegui-los. Entende-se assim, que a garantia de renda é fundamental para uma melhor qualidade de vida da população idosa.

Entretanto, as desigualdades sociais, que incluem o poder aquisitivo, não garantem que todos os idosos, incluindo os que possuem renda, tenham acesso a serviços básicos de qualidade, a exemplo do acesso aos serviços de saúde, uma vez que, em meio as desigualdades aqui mencionadas, mais da metade da população idosa no Brasil, apresentam renda mais baixa que os demais grupos etários.

No contexto que se insere a garantia de renda e as políticas sociais, destaca-se os sistemas previdenciários públicos universais, fundamentais para assegurar o direito da aposentadoria e renda, e a diminuição das desigualdades dentro de uma sociedade, sendo essa também, diretamente influenciada pelas relações socioespaciais e multiescalares, consequentemente pelo modo de produção capitalista que estamos inseridos.

De acordo o Observatório da Cidadania, todos os países da América Latina, de alguma forma, instituíram sistema de seguridade social a partir das décadas de 1820/1830. Evidentemente, tais sistemas não são homogêneos e diversos estudos apontam para uma heterogeneidade ao abordar este debate, estando essa ocorrência diretamente ligada as relações socioespaciais, que apresentam diferentes faces nos diferentes espaços e sociedades.

Diante disso, os fenômenos espaciais, desde o envelhecimento populacional, alcançando as políticas públicas, são influenciadas pelo modo de produção capitalista, uma vez que estes estão inseridos neste modelo, tornando-se então, fundamental,

compreender que a produção e transformação espacial são orquestradas pelo capital. Para Smith (1988), é o atual processo de acumulação capitalista que dita as regras das relações e fenômenos socioespaciais, desta forma o processo de acumulação capitalista, torna-se o principal condutor da produção e reprodução do espaço, sendo produzido e aperfeiçoado de acordo com as suas necessidades de acúmulo.

No caso brasileiro, as grandes desigualdades desencadeiam importantes discussões acerca da importância da existência e da manutenção adequada das políticas universais no país, que fomenta uma participação efetiva de políticas públicas de seguridade social e garantam direitos básicos à população. As desigualdades aqui mencionadas, também envolvem as diferenças entre regiões e estados brasileiros, uma vez que essa heterogeneidade está ligada a um modo de desenvolvimento desigual e combinado, que devido as questões escalares e espaciais, apesar de inseridos num mesmo sistema de seguridade, apresentam diferenças entre regiões nos respectivos espaços. Segundo Theodoro e Delgado (2003), estas políticas não devem perder sua base nas perspectivas universais e inclusivas, uma vez que são um fator de combate às desigualdades. No que se refere a população idosa, políticas como previdência social e acesso universal a serviços de saúde, apresentam-se como pilares para um aumento, não apenas da expectativa, mas da qualidade de vida da população.

Cabe ressaltar, que a previdência e envelhecimento não podem ser tratados como fenômenos isolados ou interligados apenas entre si, mas além disso, como fenômenos sociais que influenciam nas condições socioeconômicas de uma população. Estes despertam o interesse de agentes internos e externos, não apenas a população beneficiária, mas, além disso, os interesses capitalistas, em especial do grande capital financeiro, que permeiam os processos de envelhecimento, construção de políticas públicas, disputa pelo fundo público e ademais fatores, seguindo as condições do desenvolvimento desigual.

Pensar esses fenômenos e políticas atentando-se para as grandes desigualdades existentes em nossa sociedade, nos dá um importante alicerce para entendermos o que envolve a previdência e qualidade de vida de uma população no modo geral, e não apenas para pequenos grupos.

Theodoro e Delgado (2003) afirmam que o conjunto de políticas públicas são fundamentais no combate às desigualdades, pobreza e a vulnerabilidade social. Desta forma, as políticas sociais universais apresentam-se como necessárias para que a

expectativa e qualidade de vida do idoso brasileiro alcance não apenas uma pequena parcela dessa população, mas que alcance a maior parte dos cidadãos deste grupo etário.

Incluso na seguridade social, a previdência pública tornou-se uma das políticas mais importantes na vida dos brasileiros, em especial dos idosos. A garantia de renda para esta população que alcança trabalhadores urbanos e os rurais, apresenta-se como um dos principais motores para o aumento da qualidade de vida da população idosa.

Analisar as políticas públicas universais voltadas para população idosa implica em considerar, além das necessidades deste grupo, a atuação do Estado e do capital, inseridas no processo do desenvolvimento desigual e combinado da acumulação capitalista, particularmente no contexto neoliberal que predomina no país desde a década de 1990.

De acordo com França (2019), apesar da política previdenciária colaborar na melhoria da distribuição de renda e na diminuição das desigualdades, o Brasil ainda é um país extremamente desigual. Essa desigualdade abrange diferentes escalas e aspectos socioespaciais, não se referindo apenas a uma questão singular, mas seguindo a lógica capitalista, alcançando diferentes espaços e aspectos socioespaciais. Smith (1988, p. 139) afirma que no espaço geográfico, “o desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo”.

Sendo assim, no espaço geográfico as diferenças de desenvolvimento não são uma tendência aleatória ou acidental, mas que seguem as lógicas da acumulação e dos interesses capitalistas. Por esta razão, no percurso deste trabalho, se faz necessário uma discussão que engloba o envelhecimento e a previdência, mas alicerçadas em um debate sobre o papel do Estado na dinâmica da acumulação, sobretudo, no contexto neoliberal que impacta diretamente nas políticas públicas, particularmente na previdência social.

O recorte temporal da pesquisa, é delimitado no século XXI em função da disponibilidade tanto dos dados censitários após a implementação da previdência pública no país, quanto da disponibilidade das séries estatísticas do DATAPREV e do Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS. O recorte espacial é o estado de Sergipe, mas sempre que possível se busca analisar a realidade sergipana considerando os indicadores da região Nordeste e do país. Uma pesquisa sobre essa

temática no Estado de Sergipe se justifica porquê, tanto o envelhecimento quanto a política previdenciária têm efeitos bastante heterogêneos no tempo e no espaço, de modo que requerem contínuas análises multiescalares.

Desse modo, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar a evolução de alguns indicadores das condições de vida da população idosa em Sergipe neste século XXI, bem como identificar os rebatimentos do processo de envelhecimento nos benefícios previdenciários no estado. Os objetivos específicos são:

1. Analisar o processo de envelhecimento, evidenciando as principais características desse processo a partir dos dados censitários;
2. Debater o papel das políticas públicas e do fundo público considerando os efeitos do neoliberalismo na formulação e implementação das políticas públicas;
3. Identificar as contribuições da seguridade social no Brasil, particularmente da previdência social, bem como os rebatimentos das reformas conduzidas pelos pressupostos neoliberais;
4. Analisar a evolução da previdência e o envelhecimento em Sergipe.

Assim, a pesquisa buscou responder as seguintes questões: quais as características da evolução do envelhecimento populacional no Brasil, em geral, em Sergipe, e em particular? Como as políticas públicas e sobretudo a política previdenciária se relaciona com esse processo de envelhecimento? De que modo o contexto neoliberal vem provocando rebatimentos na política previdenciária, e por conseguinte no acesso da população idosa ao fundo público? Quais as características da evolução da distribuição de benefícios previdenciários para a população idosa em Sergipe neste século XXI?

Para buscar responder esses questionamentos foram utilizados os seguintes os procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e estatística descritiva, analisando os dados dos censos demográficos e da previdência social.

A dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução, considerações finais, referências e anexos. O capítulo 2 aborda o envelhecimento como tema relevante na sociedade atual, realizando um apanhado histórico das transformações etárias e das transições demográficas, partindo do contexto mundial até a realidade da Brasileira, a partir de então, no contexto que envolve o

envelhecimento, se pauta o debate acerca das necessidades de construção de políticas públicas voltadas para população idosa. Nesse capítulo nos alicerçamos em autores como Meneses (2014) e Camarano, Kanso e Mello (2004) para aprofundar as questões que envolvem o envelhecimento e a transição demográfica brasileira. Para debater as políticas públicas, recorreremos a Souza (2006) e no que se refere a função do Estado se utilizou sobretudo Mascaro (2013).

O capítulo 3 dessa dissertação segue o debate das políticas públicas, mas evidenciando a influência do neoliberalismo na disputa do fundo público e nesse contexto se enfatiza a política previdenciária, realizando assim uma discussão sobre a previdência social inserida no contexto mencionado, abordando sua importância e seus rebatimentos socioespaciais, em especial para os idosos e no combate às desigualdades. Percorreremos este trajeto utilizando Gonzalbo (2015) para debater o neoliberalismo, enquanto para pleitearmos a questão do fundo público, trazemos Salvador (2012), no que se refere as questões previdenciárias, suas reformas e rebatimentos, utilizamos Gentil (2006) e Fagnani (2008).

No capítulo 4, abordamos o envelhecimento em Sergipe, apresentando suas principais características e singularidades, para isso, recorreremos a Meneses (2014), e a análise de indicadores socioeconômicos sobre a população sergipana. Na sequência analisamos os dados previdenciários no Estado, realizando diálogos com a realidade do Brasil e do Nordeste. São consideradas nessa leitura sobretudo as aposentadorias emitidas por idade uma vez que tem relação direta com o tema do envelhecimento e são o tipo de benefício que a maior parte da população idosa acessa no território sergipano. Por fim, apresentamos as considerações finais da pesquisa.

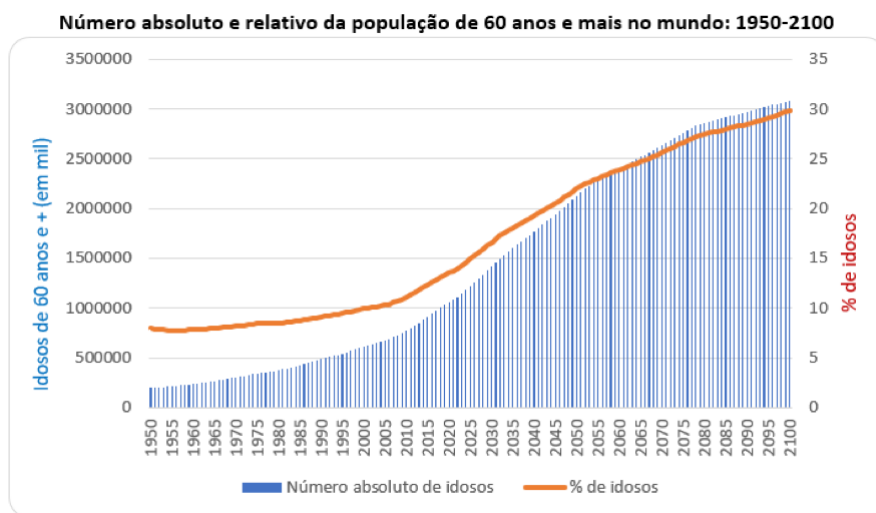
2- ENVELHECIMENTO POPULACIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO NO CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL

O envelhecimento é um dos principais temas do século atual, este é um fenômeno que envolve diferentes esferas da sociedade e revela diversas demandas, em especial, para a população idosa. Requer de forma notável, o olhar do poder público para atender essas demandas e garantir o bem-estar social dessa parte da população. Todavia, veremos neste capítulo que, apesar do envelhecimento ser uma realidade, inserir ou manter a garantia de direitos para esse grupo social envolve diferentes atores, principalmente, o Estado e os interesses que os rodeiam, sendo fundamental o modelo de acumulação capitalista na conjuntura neoliberal no Brasil.

2.1. O envelhecimento populacional no Brasil

Segundo o plano de ação Internacional para o envelhecimento de 2002 das Nações Unidas - ONU, o envelhecimento deixou de ser apenas problema do “primeiro mundo”, além disso, passou a ser um dos temas mais relevantes do século XXI. A Organização das Nações Unidas prevê que em 2050, a população idosa seja de 2 bilhões de pessoas, enquanto a população total seja de 9,7 bilhões de indivíduos, desta forma, os idosos serão uma parcela de 20% da população mundial, cerca de 7% a mais que a parcela atual.

Gráfico 01 – Envelhecimento Populacional no Mundo, 1950 - 2100



Fonte: UN/Population Division: World Population Prospects 2022

Os debates acerca das transformações demográficas passaram a receber grande destaque, especialmente pelo aumento significativo do número de idosos na estrutura total da população, uma vez que, a transição demográfica e as mudanças na estrutura etária no século XXI têm como um dos principais efeitos o envelhecimento populacional. Este fenômeno apresenta pelo mundo, ritmos diferentes, tendo em vista que as condições socioespaciais são diferentes, a estas condições, consideram as questões sociais, políticas, econômicas nos mais distintos espaços pelo mundo. Os diferentes ritmos envolvem as diferentes fases da transição demográfica, que por sua vez, indica alterações nas características de uma estrutura populacional.

A transição demográfica apresenta-se como importante fenômeno em nosso estudo, não apenas por ter o envelhecimento como consequência principal, mas além disso, por relacionar as questões demográficas aos fenômenos socioeconômicos, para Gomes e Vasconcelos (2012, p.540),

A transição demográfica foi formulada à luz da relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento socioeconômico. Segundo essa teoria, o desenvolvimento econômico e o processo de modernização das sociedades estariam na origem das mudanças nas taxas de natalidade e de mortalidade verificadas em países europeus, com consequentes mudanças nos ritmos de crescimento populacional.

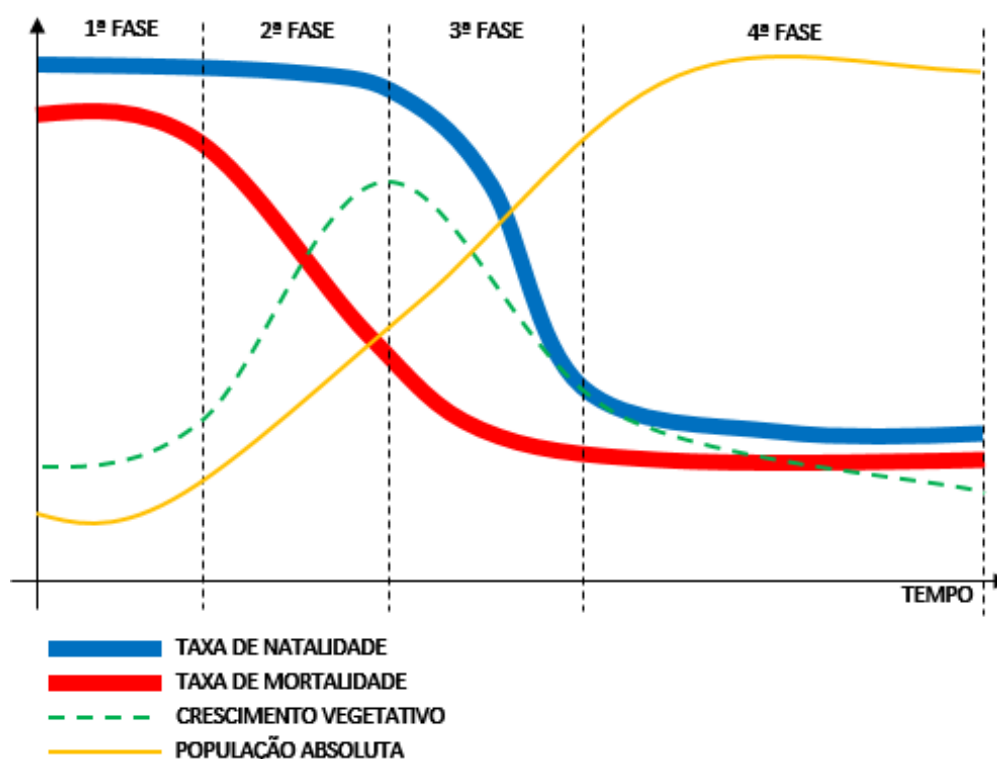
A análise acerca da transição demográfica de modo geral torna-se ampla, e suas condições e ritmos são ditadas especialmente pela configuração social, espacial e econômica de um país ou região, para Meneses (2014), há uma variação demográfica que impossibilita discutir ou mencionar apenas uma teoria. Alves (2004) *apud* Meneses (2014) afirma que

“No hay una teoría única que consiga explicar todos los aspectos temporales y espaciales de la transición demográfica. Solo una investigación empírica detallada puede encontrar respuestas sobre las múltiples determinaciones concretas del comportamiento de los factores demográficos básicos en las diferentes regiones del mundo y en las diferentes regiones de un país.” Alves (2004) *apud* Meneses (2014, p. 14).

Neste sentido, consideramos a importância de se considerar os fatores condicionantes aqui já mencionados, em geral, a transição demográfica divide-se em quatro fases (Gráfico 02), sendo a primeira marcada por taxas de mortalidade, fecundidade e natalidade elevadas, e uma população predominantemente jovem, a segunda fase apresenta também, uma população jovem, todavia, com taxas de mortalidade reduzidas, essa redução liga-se especialmente a industrialização,

urbanização e desenvolvimento da medicina. A partir de então, a terceira fase apresenta taxas de natalidade e fecundidade reduzidas, motivadas especialmente pelas mudanças socioeconômicas, sendo essa uma transição para o envelhecimento, por fim, a quarta fase apresenta todas as taxas mencionadas com índices reduzidos, consequentemente uma população envelhecida.

Gráfico 02 - Fases da transição demográfica



Fonte: IBGE e UN/ESA, projeção média, ver., 2019.

No Brasil, a transição demográfica iniciada em meados de 1950 a partir das reduções das taxas de mortalidade e posteriormente de fecundidade (tabela 03), apresentou diferenças do ocorrido nos países desenvolvidos que passaram por uma industrialização tradicional, não apenas no período, mas no ritmo de transição. Nem mesmo entre as regiões do Brasil se houve uma homogeneidade, de acordo com Gama e Vasconcelos (2012, p. 546) “as diferenças sociais e econômicas entre as macrorregiões brasileiras, intrinsecamente vinculadas ao processo histórico de desenvolvimento, industrialização e urbanização de cada região, explicam essas variações”.

A transição demográfica brasileira apresentou singularidades importantes, que se devem especialmente as desigualdades baseadas numa lógica capitalista de

desenvolvimento desigual e combinado, que gera grandes distinções econômicas e sociais, ou seja, não ocorre apenas por questões demográficas. Para Brito (2008),

[...] ela está inserida e articulada num contexto de desenvolvimento desequilibrado, ele afirma que, a originalidade da transição demográfica no Brasil está definida pelas particularidades históricas onde ela se insere, permeadas pelos fortes desequilíbrios regionais e sociais (BRITO, 2008, p. 06).

Uma vez que essas desigualdades interferem na transição demográfica, tendem a influenciar diretamente no tempo de ocorrência desse processo, e no direcionamento de políticas públicas que emergem dele. Para Brito (2008, p. 06), a transição demográfica leva décadas. A princípio,

[...] isso coloca problemas diante da perspectiva temporal dos formuladores de políticas públicas, que normalmente planejam considerando um período muito inferior. Esses são na maior parte dos casos, condicionantes que contribuem para variação de tempo entre as transições demográficas e interferem na formulação de políticas públicas.

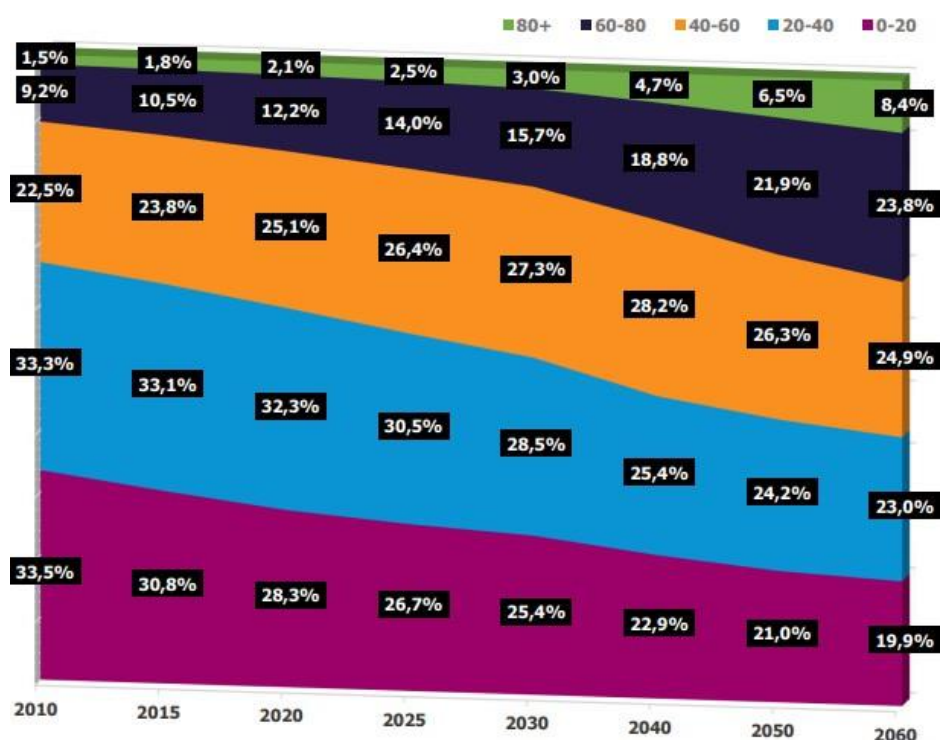
A transição demográfica, assim como, a demografia de modo geral não passa distante das condições que modelam a sociedade, desta forma, os estudos demográficos não podem ser desassociados dos fatores sociais, econômicos, políticos, levando em consideração que todos esses estão inseridos e condicionados nos moldes do sistema de acumulação capitalista, que dita as regras desses fenômenos. No Brasil, apesar da transição demográfica ter seguido a tendência de países subdesenvolvidos, e assim como os processos de industrialização e urbanização, aconteceram de acelerada, todavia, com as já citadas diferenças entre regiões. De acordo com Brito (2008 p. 7),

Apesar de levar décadas, a transição demográfica no Brasil tem sido acelerada, como em outros países em desenvolvimento, com um declínio rápido dos níveis de fecundidade e do ritmo de crescimento demográfico. Entretanto, como um processo recente, apesar de ter reduzido o ímpeto do crescimento populacional, ele ainda será expressivo nessa primeira metade do século XXI, com o grande ciclo de incrementos absolutos da população brasileira que se iniciou nos anos 70 do século passado.

Em meio a diversos fatores, a principal consequência da transição demográfica, o envelhecimento é, portanto, o resultado direto da redução da mortalidade, fecundidade, natalidade e, além disso, do aumento da expectativa de

vida. Significa dizer que esse envelhecimento é na prática um aumento percentual dos idosos na população e uma redução percentual de jovens, que resulta num aumento da média de idade na população, dessa forma, caracteriza um processo de envelhecimento. O Gráfico 3 mostra que no Brasil vem ocorrendo esse processo de aumento percentual da população idosa e de redução paulatina da participação de crianças e jovens adultos e as projeções indicam que essa tendência permaneça por décadas.

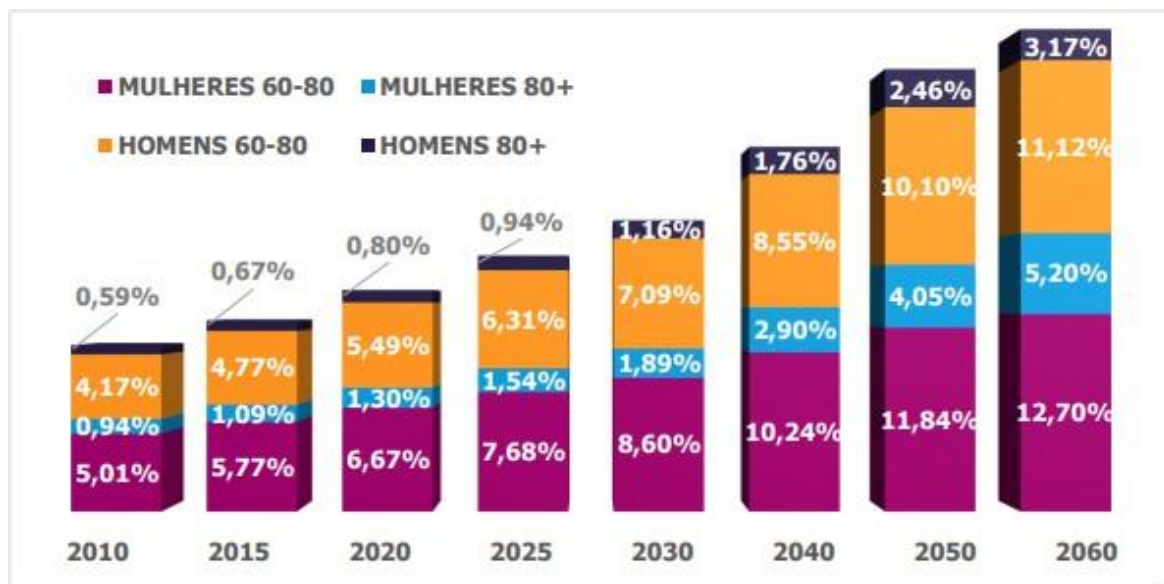
**Gráfico 3 - Participação relativa dos grupos etários na população total
(2010/2060)**



Fonte: Observatório Nacional da Família, Secretaria Nacional da Família, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

No gráfico 4 se observa o aumento percentual dos grupos de idosos na população brasileira e também aponta que essa expansão tende a se intensificar nas próximas décadas.

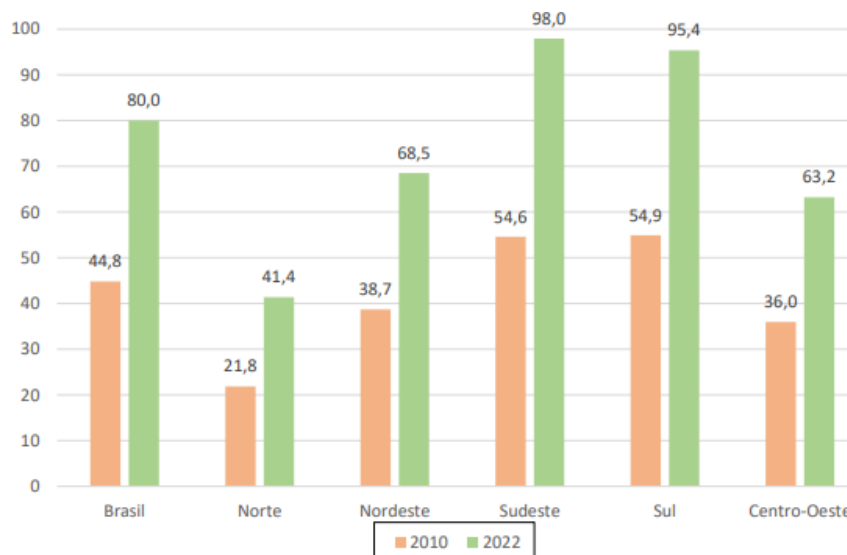
Gráfico 4 – Porcentagem de idosos na população brasileira por sexo - projeção 2010/2060



Fonte: Observatório Nacional da Família, Secretaria Nacional da Família, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Na sequência, vemos no Gráfico 5 que esse processo de envelhecimento vem ocorrendo em todas as regiões brasileiras. No entanto, as desigualdades regionais que historicamente marcam a realidade brasileira se refletem nas condições de vida da população idosa em cada região. De modo que os níveis de envelhecimento são muito mais elevados no Sul e Sudeste do que nas demais regiões do Brasil, tendo as regiões Nordeste e Norte os mais baixos níveis.

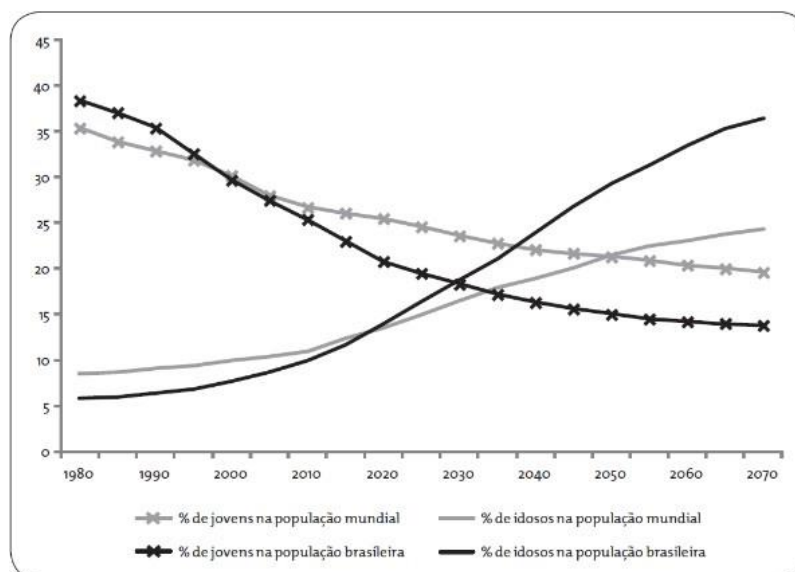
Gráfico 05 - Índice de envelhecimento (parâmetro:60 anos ou mais de idade), segundo as Grandes Regiões - 2010/2022



Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/2022.

Apesar dessas disparidades regionais o envelhecimento populacional é uma realidade em todo o país. De acordo com a ONU, em 2030 o Brasil terá em sua estrutura etária um percentual de idosos maior que a média mundial, indicando o aumento da expectativa de vida e apresentará um percentual menor de jovens em relação à média global, indicando redução da natalidade e fecundidade (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Proporção da população com idade até 14 anos e acima de sessenta anos, 1980-2070



Fonte: Fonte: Elaboração própria, com base em United Nations (2015).

A variação no andamento das taxas de envelhecimento torna este fenômeno um motor para importantes mudanças espaciais nos países pelo mundo, a exemplo da necessidade de investimentos em infraestrutura adequada para uma população com mais idosos, além de fomentar a necessidade do debate de políticas públicas que possam suprir tais mudanças. Ainda que até o final do século XX o envelhecimento fosse uma preocupação maior para os países mais industrializados, que vivenciaram primeiro as mudanças na transição demográfica, tendo em vista que esses países lideraram o processo de desenvolvimento capitalista, o envelhecimento se tornou neste século um fenômeno relevante no mundo todo.

Para Britto (2008) no Brasil, houve significativo crescimento da população idosa nas últimas oito décadas. De acordo com Camarano (2004), o número absoluto de pessoas com mais de 60 anos aumentou nove vezes em 60 anos. Em 1940 era de 1,7 milhão e em 2000, de 14,5 milhões. Esse crescimento continuou acelerado nas décadas seguintes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, em 2021 a população idosa no Brasil é de aproximadamente 31 milhões de pessoas, equivalentes a 14,7% da população, no ano seguinte, de acordo com o censo demográfico do IBGE, a população idosa alcançou pouco mais de 32 milhões. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a projeção é que em 2100, o Brasil tenha 40,3% da sua população formada por idosos.

No que se refere ao aumento das taxas de envelhecimento, cabe ressaltar alguns fatores primordiais que contribuíram para as quedas nas taxas de natalidade, fecundidade e aumento da expectativa de vida, indicadores intrinsecamente ligados que refletem no envelhecimento populacional. Sendo esses fenômenos característicos da 2ª para 3ª fase da transição demográfica. Ademais, não deixaremos de mencionar outro importante fator, a migração, que também influencia no envelhecimento de maneira particular em diferentes áreas, considerando as condições sociais, econômicas e políticas, segundo Meneses (2014),

De hecho la teoría de la transición demográfica, formulada en los años 40 del siglo XX, suele dejar unos cuantos huecos en el momento de explicar la diversidad real de los países. Al relacionar principalmente las variables natalidad y mortalidad, deja de lado la variable migración que es una variable de gran importancia para entender el tamaño y composición de la población a diferentes escalas, provincias, ciudades o pueblos. (MENESES, 2014, p. 23).

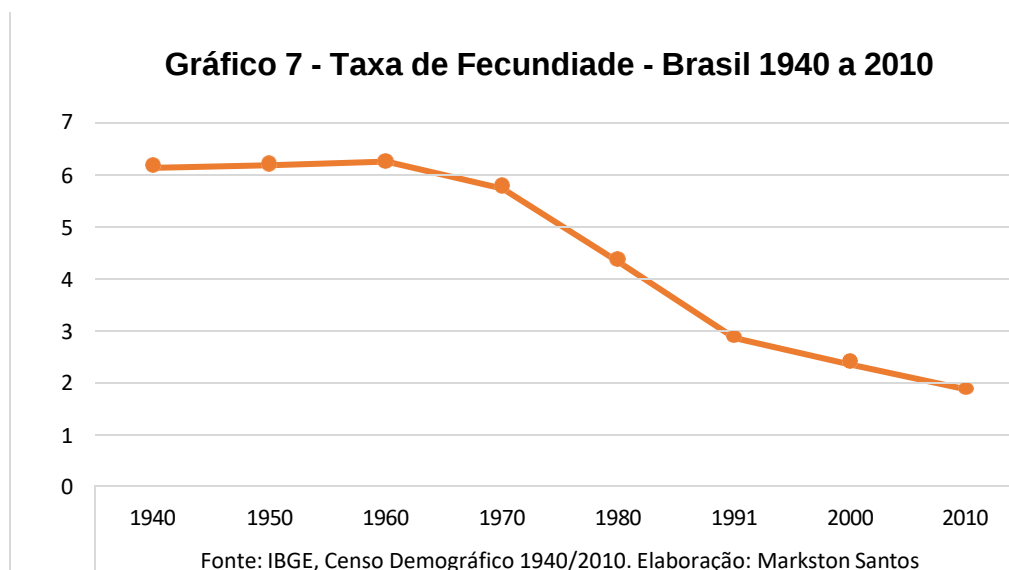
Todavia, inicialmente destacaremos aqui as taxas de mortalidade, fecundidade e natalidade como principais causas para a transição demográfica. As alterações nas taxas citadas, estão diretamente ligadas aos desenvolvimentos técnico e científico que envolvem a medicina, uma vez que resultaram na queda da mortalidade, posteriormente queda da natalidade resultando diretamente no aumento da expectativa de vida, para Camarano, Kanso e Mello (2004),

[...] os avanços da medicina e da tecnologia levaram a um aumento da sobrevida dos indivíduos. Com isso, o grupo de 80 anos e mais, chamado de “mais idoso”, passou a ter maior representatividade dentro do segmento idoso. [...] Compreende pessoas na faixa de 60 anos, que, pelos avanços da tecnologia da medicina, podendo estar em pleno vigor físico e mental bem como pessoas na faixa de 90 anos, que devem se encontrar em situação de maior vulnerabilidade (CAMARANO, KANSO E MELLO 2004, p. 25 e 28).

Esses avanços fomentaram um aumento da população idosa no Brasil e ao mesmo tempo alicerçaram condições para um envelhecimento ativo no país, consequentemente, o aumento desse grupo populacional gradativamente resulta numa participação mais ativa dos idosos na sociedade. A partir de então, o envelhecimento emerge como agente de transformação socioespacial e econômico mais enfático, motivado por uma longevidade cada vez maior. Significa dizer, que o idoso passa a viver mais dentro do ápice da pirâmide, o chamado super envelhecimento ou superenvelhecimento, que indica um aumento da população idosa a partir de uma idade, normalmente idosos de 80 anos ou mais. De acordo com Camarano, Kanso e Mello (2004),

O envelhecimento da população é acompanhado pelo envelhecimento do indivíduo, de outros segmentos populacionais, como a população economicamente ativa (PEA) e as famílias (crescimento do número de famílias nas quais existe pelo menos um idoso, verticalização das famílias etc.). Esse processo altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade (CAMARANO, KANSO E MELLO 2004, p. 26).

Um dos fatores que contribui para o envelhecimento é a queda na taxa de fecundidade, que implica na redução do número médio de filhos por mulher. No Brasil, é a partir da década de 1970 que essa importante mudança começa a ganhar força, como mostra o gráfico 07, resultando na diminuição gradativa do número de jovens, consequentemente impactando a pirâmide etária brasileira.



Observada a significativa queda na taxa de fecundidade, deve-se ressaltar que este fenômeno esteve diretamente ligado a dois importantes fatores, o uso de métodos contraceptivos ligados ao desenvolvimento da medicina, e o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Para Morvan (1996, p.03),

A ampliação da escolarização feminina, as novas oportunidades de inserção da mulher no mercado de trabalho, o comprometimento da renda familiar com novos bens de consumo e lazer, assim como com a aquisição da casa própria através do Sistema Financeiro da Habitação e de outros Bens de Consumo durável, ao lado da disseminação do uso da pílula, constituíram as bases para o início da redução da fecundidade no Brasil.

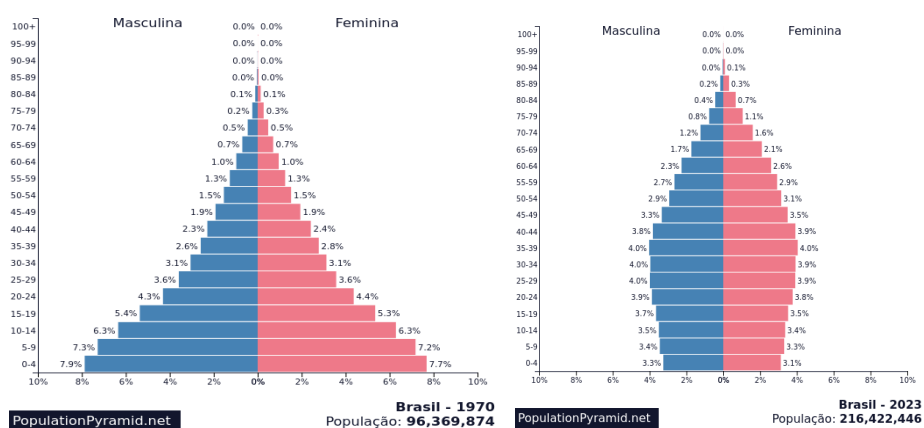
Como já mencionado, deve-se levar em consideração o contexto histórico, social e econômico que circundam os fenômenos socioespaciais, e esses são precedentes que os distingue em diferentes países, Estados, cidades. No Brasil, esse processo não aconteceu de maneira uniforme, havendo uma concentração inicial em áreas com maior desenvolvimento urbano-industrial, para posteriormente alcançar diferentes áreas do território nacional. Para Meneses (2012, p.08),

A queda da fecundidade iniciou-se no Brasil em meados dos anos 60, entre as camadas mais aquinhoadas das áreas urbanas do Sul e Sudeste brasileiro, e no espaço de 30 anos disseminou-se por todas as regiões e classes sociais do País. A generalização do processo de redução da fecundidade começa a se traduzir em mudanças visíveis na composição por idade da população brasileira quando passa a ser o comportamento das grandes massas populacionais. Desta forma, é só a partir dos anos 80, e mais particularmente no início da década de 90, que a estrutura etária prévia deixa de mascarar o declínio da fecundidade e os grupos etários da base da pirâmide etária começam a encolher. Neste mesmo momento o processo de envelhecimento da população brasileira assume contornos de movimento

irreversível e configura-se como tendência de longo prazo da população brasileira.

Os diferentes períodos e condições do envelhecimento no contexto brasileiro, fazem com que algumas regiões apresentem populações mais envelhecidas que outras, todavia, de modo geral, todos os estados brasileiros, independente do período, apresentaram antes mesmo do Séc. XXI, um estágio inicial de envelhecimento que não parece ter volta. Classificado por Meneses (2012) como irreversível a longo prazo, o encolhimento da base da pirâmide etária, ou seja, faixa etária de 0 a 14 anos, passa a receber destaque a partir da década de 1990, resultando num maior destaque ao aumento do ápice da pirâmide etária brasileira, faixa etária de 60 anos ou mais, os gráficos a seguir, esclarecem as alterações ocorridas entre 1970 e 2023 (gráfico 08).

Gráfico 08 – Pirâmide Etária Brasileira de 1970 a 2010.

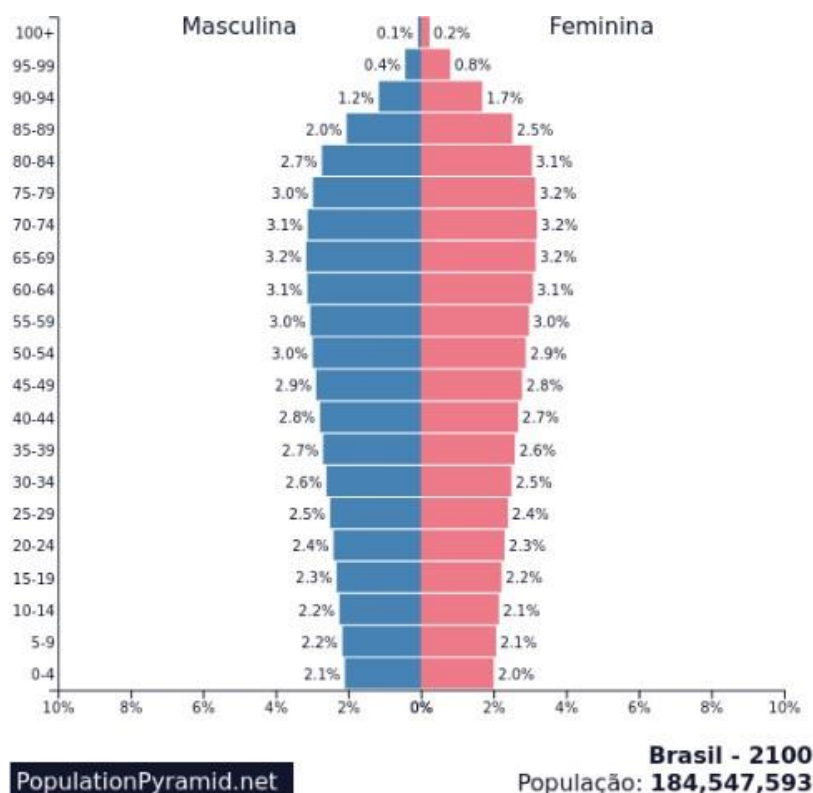


Fonte: Population Of Brazil – 1970 e 2023.

Em 1970, destaca-se uma base larga e um ápice estreito, indicando uma população jovem com pequena percentagem da população idosa no geral, características da mudança da 1º para 2ª fase da transição demográfica, com elevadas taxas de natalidade e início da queda nas taxas de mortalidade. A partir de 1990, passa a ser visível na pirâmide etária brasileira, um aumento do ápice e consequentemente da população idosa e redução progressiva da base, em 2023 o ápice torna-se ainda mais relevante, esclarecendo, dessa forma, uma maior participação percentual da população idosa no quantitativo total desta.

Ademais, as projeções indicam que em 2100 (gráfico 09), a população brasileira será composta por aproximadamente 40% de idosos.

Gráfico 09 – Projeção da Pirâmide Etária no Brasil em 2100



Fonte: Population Of Brazil – 2100.

Como já mencionado, as esferas sociais, econômicas e políticas interferem diretamente nos processos aqui debatidos, no contexto latino-americano, por exemplo, os fatores que levam ao envelhecimento apresentam singularidades comparado aos países de América Anglo-Saxônica e da Europa Ocidental, por exemplo. No Brasil, maior país da América do Latina, composto por 26 unidades federativas tais singularidades refletem numa heterogeneidade entre as regiões e estados da federação.

O processo de envelhecimento desencadeia transformações sociais que engendram a demanda por políticas públicas voltadas para a população idosa. Nesse sentido é que consideramos necessário debater políticas públicas, situando a relevância e a limitação das mesmas e levando em consideração o papel do Estado na sociedade capitalista.

2.2. Políticas públicas: debate conceitual e breves considerações sobre o papel do Estado

“O Estado é antes de tudo produto da sociedade em um estágio determinado de seu desenvolvimento: é o testemunho de que esta sociedade está envolvida em uma insolúvel contradição consigo mesma... mas para que os antagonistas, as classes com interesses econômicos opostos, não se aniquilem, a si e à sociedade, impõe-se a necessidade de um poder que, aparentemente colocado acima da sociedade, irá dissimular o conflito, mantê-lo nos limites da ordem; este poder, saído da sociedade, mas que se coloca acima dela e se lhe torna cada vez mais estranho, é o Estado” (ENGELS, 2009, p. 181).

Os temas mais relevantes de uma sociedade tendem a ser também pautas significativas a serem debatidas e vistas com atenção pelo poder público, uma vez que sua relevância se rodeia de importantes demandas. Analisar as transformações que ocorrem em uma população e entender suas características são fundamentais para que as necessidades da população sejam atendidas. Esse conhecimento acerca da sociedade em questão, contribui para que as políticas públicas que atenderão essas precisões sejam criadas, alteradas, repensadas, fomentadas e assim, possam contribuir na melhoria de vida das pessoas em um determinado espaço.

A criação e aplicação de políticas públicas envolve não apenas as necessidades de uma sociedade, mas os diferentes interesses que circundam tais ações, uma vez que estas também estão inseridas no modelo econômico capitalista. e as ideias de quem decide a realização dessas políticas. Souza (2006), ao mencionar a abrangência dos conceitos de políticas públicas e as diferentes vertentes que ela pode alcançar, aponta a notoriedade dos governos na criação e aplicação dessas políticas, ao mencionar a contribuição de diferentes autores para buscar um conceito para políticas públicas.

(...) Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Apesar das políticas públicas se tornarem cada vez mais necessárias e relevantes para se encarar os desafios socioespaciais, além de serem ferramentas de

combate às desigualdades, o sistema econômico e social capitalista nos moldes do modelo desigual e combinado de desenvolvimento insere implicações que devem ser debatidas para que se entenda a complexidade da questão, para Smith (1988, 1988, p. 150-151).),

(...) uma marca registrada da ideologia burguesa universalizar as formas e as relações sociais específicas do modo de produção capitalista em relações permanentes, "naturais". Isso também vale para o desenvolvimento desigual". (...) o "sistema do mundo capitalista" que está em função da validade universal da lei do desenvolvimento desigual e combinado; antes, é o desenvolvimento desigual que está em função da universalidade contemporânea do capitalismo.

As políticas públicas não se distanciam do sistema capitalista, pelo contrário, tendem a se aproximar cada vez mais, desde que sua construção apresente interesses no processo de acúmulo de capital, no decorrer da história as políticas públicas não apenas vão ganhando relevância, mas ao mesmo tempo sendo inseridas em meio as tendências capitalistas.

De acordo com (Souza 2006), as políticas públicas passaram a ganhar relevância em várias áreas de conhecimento, todavia, as discussões deste tema estiveram por muito tempo distantes de importantes atores deste processo, e o debate do tema envolvendo a participação e relação do Estado a sua construção, foram ignoradas. Neste sentido, aprofundaremos o debate acerca da participação do Estado e o que circunda esta participação no que se refere as políticas públicas, acentuando nossa questão central, a previdência e o envelhecimento.

Recusamos aqui qualquer possibilidade de debate acerca das políticas públicas sem estabelecer suas devidas relações e os interesses envoltos dela e a participação do estado na sua construção, uma vez que os seus rebatimentos alcançam diferentes esferas da sociedade, para Souza (2006, p. 25) "as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade".

Neste sentido, refletir sobre as políticas públicas requer a compreensão das relações dos interesses das classes dominantes. Torna-se assim, fundamental pensar o Estado dentro de uma funcionalidade, como um agente regulamentador a serviço da manutenção das relações capitalistas, que ora pode estar mais favorável para a

classe trabalhadora, ora para a classe dominante, mas sempre visando a sustentação do capital e acentuando suas contradições.

[...] Não é porque uma classe controla o Estado que um poder se abre imediatamente em seu favor total e imediatamente em desfavor total das demais classes. O processo de dominação social capitalista é complexo, necessariamente atravessado por formas sociais. [...] Por isso, não é o domínio total e indiferente dos capitalistas nem pode por via reversa, servir como redenção aos trabalhadores. A forma estatal é justamente alheia aos interesses imediatos dos grupos como modo necessário da reprodução social do próprio capitalismo. O Estado não é domínio dos capitalistas, menos e mais que isso: o Estado é a forma política do capitalismo (MASCARO, 2013, p. 63).

O Estado é atravessado por contradições políticas variadas. Não há poder político totalmente indiferente aos trabalhadores, mas tampouco há aquele que lhe possa ser estruturalmente libertador, porque não há poder político indiferente a estrutura econômica, significa então que os interesses econômicos circundam decisões políticas que envolvem diferentes esferas sociais, mesmo que vários autores estejam diretamente envolvidos.

Para Cobb e Elder (1983) *apud* Secchi (2012), na formação de agendas das políticas públicas, uma das condições para a entrada de um problema na agenda é a 'atenção', definida como participação dos diferentes autores, a exemplo dos cidadãos, da mídia e dos grupos de interesses, que devem entender o tema como situação merecedora de intervenção. Cabe ao Estados a decisão do tema adentrar ou não na agenda e no ciclo das políticas públicas, por vezes, mesmo que identificado um problema que há necessidade de uma implementação de política social, o Estado pode não a implementar, uma vez que este pode atender não apenas os interesses do grupo social afetado pelo problema, mas os interesses por trás das disputas que tendem a emergir na formulação desses planos, tais questões podem colocar em dúvida o real motivo pelo qual o Estado formula políticas sociais.

Segundo Viana (2008), existem três razões para que o Estado instituía políticas sociais: 1) a necessidade de o capital garantir a reprodução da força de trabalho, 2) a pressão da classe trabalhadora e outros grupos sociais no sentido de ter suas demandas atendidas pelas políticas estatais de assistência social, 3) a necessidade do Estado de amortecimento dos conflitos sociais para evitar uma crise de governabilidade ou então uma transformação social. Em vista disso, a função e o

estabelecimento de políticas públicas estariam diretamente ligados com as necessidades de reprodução do capital.

Para Secchi (2012), a elaboração das políticas públicas é nomeada também como ciclo das políticas públicas com diferentes momentos, para Souza (2006) esse ciclo é marcado por diferentes estágios que dinamizam esse processo, ela afirma que:

(...) O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Esta abordagem enfatiza sobretudo a definição de agenda (agenda setting) e pergunta porque algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas. Algumas vertentes do ciclo da política pública focalizam mais os participantes do processo decisório, e outras, o processo de formulação da política pública (SOUZA, 2006, p. 29, 30).

Souza (2006, p. 30) entende que a entrada de determinada questão na agenda das políticas públicas pode seguir diferentes caminhos, destacando algumas possibilidades.

(...) A primeira focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando assumimos que devemos fazer algo sobre eles (...) A segunda resposta focaliza a política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema. Essa construção se daria via processo eleitoral, via mudanças nos partidos que governam ou via mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. (...) A terceira resposta focaliza os participantes, que são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão etc. e invisíveis, tais como acadêmicos e burocracia.

As políticas podem ou não serem construídas e formuladas com o intuito de resolver um problema social de fato, por esse motivo, ao nos referirmos sobre a questão do envelhecimento e as políticas que a circundam, não se pode descartar nenhum dos caminhos abordados por Souza (2006), uma vez que este é um debate proeminente no século XXI, ao se pensar o envelhecimento no século atual, pode-se identificar a necessidade de 'enfrentar e fazer' algo sobre a questão, 'identificar a construção coletiva' acerca do enfrentamento aos desafios do envelhecimento e ainda coloca os grupos 'participantes desse processo como visível', mas como foi mostrado anteriormente, não se pode esquecer que as políticas sociais estão suscetíveis ao grande interesse do capital e os caminhos poderão se adequar a esses interesses.

Haver diferentes interesses não é o problema central da questão, uma vez que a essência democrática põe na mesa diferentes interesses para serem debatidos e

decididos, mas, a questão está na desigualdade de influência por trás de alguns interesses mais imponentes que outros, segundo Parada (2006, p. 74),

(...) Que los intereses particulares compitan y confluyan en la formación de las políticas públicas es de la esencia de la democracia. Pero, como en todo juego, debe haber reglas comunes para quienes participan. Y el lobby, la corrupción y la falta de transparencia en el financiamiento de la política son reglas de la desigualdade.

Os interesses econômicos transitam e interferem com maior poder, e o Estado administrado por governos, por sua vez contribuem para que esses interesses ganhem voz, forma e espaço nas agendas. Mascaro (2013) em sua obra Estado e forma política, aponta para as diferentes maneiras pela qual o Estado é a forma política do capital, e não uma forma qualquer, ele afirma que:

(...) não qualquer aparato. Não é o destacamento de capitalistas virtuosos, de líderes dos trabalhadores, de igrejas ou de sábios que constitui tal corpo estranho aos indivíduos em troca mercantil. O tipo específico de aparato da forma política é aquele que se instaura como Estado, numa unidade de poder alheia ao domínio econômico do capital e do trabalho, funcionando como garante político necessário no seio da reprodução econômica capitalista (MASCARO, 2013, p 25).

Deve-se levar em consideração mesmo que existam demandas sociais que apresentem a necessidade de serem resolvidas com urgência, ainda assim, o capital em sua forma política poderá interferir, a democracia não é, segundo Mascaro (2013) inerente ao capital, é na verdade mais exceção do que regra. Especialmente em momentos de crise econômica, o capitalismo tente a fazer o necessário para sobressair desses momentos. De acordo com Mascaro (2013, p 84)

(...) a crise econômica do capitalismo passa por cima da vontade popular em favor do interesse político dos grandes especuladores, fazendo regredir o ambiente democrático já especuladores, fazendo regredir o ambiente democrático já estabelecido. A experiência dita democrática, no seio geral das sociedades capitalistas, acaba por ser mais exceção do que regra.

Mesmo que em sociedades democráticas, há um desequilíbrio de influência entre os autores, uma vez que o Estado é na prática um importante instrumento de reprodução capitalista. Neste sentido, ao nos referirmos sobre as políticas sociais, o estado como forma política do capital há de aparecer. Mascaro (2013, p.86) enfatiza ainda que o acesso ao Estado é distinto entre as classes sociais,

(...) tal qual a subjetividade jurídica esconde a exploração do trabalhador pelo capitalista, também não se pode considerar que os agentes individualizados ajam com a mesma intensidade nem com as mesmas qualificações formais ou reais na dinâmica da política no capitalismo. A diferença entre classes denota as diversas sortes e alcances das ações políticas. Embora muitas vezes assentados sobre mecanismos democráticos, os acessos das classes ao Estado e as aberturas deste a elas são distintos.

Analisando a relação direta entre Estado e capitalismo, Mascaro (2013) entende que se trata de uma relação estrutural e intrínseca.

(...) Diferentemente das visões tradicionais, que acusam o Estado de ter um caráter burguês porque o domínio de suas instituições está supostamente sendo feito por agentes ou representantes do interesse burguês, o Estado é capitalista porque sua forma estrutura as relações de reprodução do capital. Por isso, deve-se entender a ligação entre Estado e capitalismo como intrínseca não por razão de um domínio imediato do aparelho estatal pela classe burguesa, mas sim por razões estruturais (MASCARO, 2013, p. 59).

Para o autor o Estado tal como o conhecemos é um fenômeno especificamente capitalista. Além disso, ele considera que numa sociedade capitalista tudo torna-se mercantil. Seguindo essa perspectiva analítica, deve-se considerar que o campo das políticas públicas e da política previdenciária em particular também está sujeito a esse processo de mercantilização.

Como apresentado anteriormente, o envelhecimento é uma das principais consequências da transição demográfica a partir da metade do Séc. XX, tema que ganha destaque a cada pesquisa acerca da estrutura populacional e das dinâmicas demográficas. Este processo, põe o aumento absoluto e proporcional do número de idosos entre os habitantes de cidades, estados e países, tornando assim, esse fenômeno um desafio que envolvem desde as transformações estruturais dessas áreas que envolvem as transformações estruturais da população, até o desencadeamento da necessidade de políticas públicas voltadas para este acontecimento, essas políticas sociais emergem como tema relevante com o objetivo de atender as necessidades básicas para garantir uma melhor qualidade de vida para esse grupo etário e a toda a população, segundo Santos (2017, p.09),

(...) as evidências das transformações demográficas relativas ao processo de envelhecimento da população com suas implicações sociais, econômicas e no desenvolvimento de países e regiões, além de sua perspectiva inédita, sua magnitude e transcendência, tem contribuído para que a questão do envelhecimento tome parte da agenda pública e de governos e que, portanto,

se traduza em políticas públicas com foco no processo de envelhecimento demográfico.

Para melhor entender as políticas sociais voltadas para os idosos, retomemos aqui algumas definições e classificações sobre políticas para esclarecer importantes definições e classificações sobre políticas públicas. Apesar de ser um conceito muito polissêmico, segundo Souza (2006, p.24), a definição mais conhecida sobre o conceito de políticas públicas continua sendo de Laswell (1936-1958) *apud* Souza (2006), que as classifica como “(...) decisões e análises que implicam responder às questões de quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Neste sentido, entende-se que um grupo social pode carecer de diversas demandas, e que devem ser analisadas o que carece, o que deve ser feito e quais serão os ganhos a partir da aplicação dessas demandas. Estas, podem estar associadas a diversos setores da sociedade e envolver questões econômicas, demográficas, de saúde, entre outras. Aqui, destacamos as questões demográficas, que podem ser observados pelas inúmeras mudanças no decorrer da dinâmica populacional de um estado, país e região, no decorrer da história. No caso brasileiro, a explosão demográfica brasileira, a partir de meados de 1940 e especialmente o marco do início da transição demográfica em meados de 1970, que transformaram estrutura etária da população, e as suas principais características.

O Brasil não passou por mudanças isoladas e pouco relevantes no âmbito social e econômico, pelo contrário, as mudanças tornaram-se pouco a pouco destaque entre as necessidades socioeconômicas no país, nas décadas seguintes entre as transformações mencionadas no parágrafo anterior, pode-se destacar numa linha do tempo, como o Brasil passou por diferentes momentos e como esses emergiram a necessidade de diferentes políticas. Por exemplo, nas primeiras décadas a partir de 1940, passou a apresentar uma população muito jovem, com uma larga base em sua pirâmide, além de ter sua população rural diminuído proporcionalmente a população urbana, tornando assim, um país jovem e urbano, emergindo assim, necessidade na criação e melhorias de políticas públicas voltadas para as áreas urbanas e para a população mais jovem, não que fossem únicas, mas, as de maior visibilidade. Com o passar do tempo, as mudanças populacionais emergiram em meio a resolução de problemas sociais, novas ações, ou seja, criação de políticas que devem ser criadas para atender às principais demandas de uma população.

Cabe ressaltar que essa não é apenas uma mudança demográfica, mas uma mudança socioeconômica, uma vez que, as políticas públicas, independente do grupo que a demanda, são também influenciadas pelas mudanças na dinâmica de acumulação capitalista e, por conseguinte, dos múltiplos interesses envolvidos nesse processo. Neste sentido, Souza (2006) esclarece que diversos teóricos das políticas públicas atentam para uma das essências desse campo, o embate de interesses e ideias. Realizaremos então um debate acerca não apenas dos interesses por detrás da formulação, mas, além disso, das disputas que envolvem os fundos para realização dessas políticas, entre outros fatores que o circunda.

O embate de interesses reflete diretamente na criação de políticas públicas, e não nos referimos apenas ao grupo que reivindica uma demanda ou ao grupo contrário a determinada demanda, vejamos inicialmente, a ação dos governos a frente do Estado e os seus objetivos que podem ser influenciados pelos diferentes autores, neste sentido, Parada (2006, p. 67.), esclarece que,

(...) El objetivo de los políticos – tanto conservadores como radicales, idealistas o motivados por el interés propio – consiste en llegar a establecer políticas públicas de su preferencia, o bloquear aquellas que les resultan inconvenientes. En cualquiera alianza de gobierno, confunden su papel quienes se restringen a las tesis y no buscan su concreción en políticas.

Ao se referir sobre os interesses próprios e suas preferências, não podemos excluir que os governos podem representar e defender diferentes interesses, inclusive o grande capital e a sua reprodução, por esse motivo, podem-se destacar também, as alianças políticas, que rebatem posteriormente a retribuições de interesses. De todo modo, tais colocações acerca das políticas públicas

De acordo com Souza (2006), as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, desta forma, qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, logo, os governos tornam-se parte deste processo. Souza (2006, p.26), evidencia que “(...) a formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

É certo que os governos apresentam significativa importância na construção de políticas sociais e que questões socioeconômicas estão a elas atreladas, todavia, nos

cabe colocar em debate o que está por detrás e interfere nas decisões governamentais, de acordo com Parada (2006, p. 71),

Los temas económicos y sociales son tan dinámicos y relacionados y las actividades del gobierno que los afectan son tan numerosas e interconectadas, que la precisión en la interpretación de los desarrollos o en la predicción de los resultados de cualquier nueva intervención parece dudosa.

Os governos em sua trajetória política tendem a realizar diferentes alianças na construção de campanhas eleitorais, e, por mais que as políticas públicas sejam uma maneira de colocar em prática seus compromissos eleitorais, não apenas esses compromissos serão colocados em pauta, mas, as alianças construídas na mencionada trajetória, essas amarras políticas podem ser por vezes contraditórios e conflituosa entre os diversos interesses que os envolvem. Para Mascaro (2013), até mesmo os Estados com governos dominados pela classe trabalhadora são necessariamente capitalistas, o Estado é, portanto, um instrumento de desenvolvimento do capital em diferentes aspectos.

Mascaro (2013) entende que todos os governos de alguma forma são reféns de algum interesse externo, desde capitais financeiros a elites sindicais, e utilizam do seu poder frente ao Estado para atender reivindicações desses grupos. Neste sentido, Mascaro (2013) afirma que, o governo é o núcleo poderoso e dirigente do Estado e a administração pública é seu corpo burocrático. Governo e administração são os organismos da política estatal. Dessa forma, entende-se que os governos detêm autonomia de atender os interesses do capital.

As políticas públicas podem ser então, construídas e ritmadas nos compassos do capital e dos seus interesses, não havendo interesse que o sobreponha. Em algumas situações, mesmo que haja embates de interesses que, ocorrerá em forças desproporcionais, e mesmo que envolvam políticas sociais que sejam de combate às desigualdades, elas tendem a não aparecer como prioridade se não for de interesse das forças externas do capital. De acordo com Mascaro (2013, p. 48),

O Estado é capitalista na medida em que põe sempre em causa, estruturalmente, sua própria existência, e esta depende da sobrevivência de tipos de sociabilidade capitalistas. Suas instituições, seus aparatos de governo e administração, seus governantes e agentes administrativos se encontram necessariamente enredados em formas políticas atreladas à manutenção dos meios que realimentam a dinâmica de reprodução do capital.

É neste sentido, que, considerando as funções do Estados e os interesses externos que o movem, além das políticas públicas e formulações, inserção nas agendas e a entendendo como relevante na redução de desigualdades, que abordamos as políticas voltadas para a população idosa, tema central dessa pesquisa.

De acordo com Meneses (2016), no Brasil a população alcança o ápice da pirâmide sem as devidas condições de promoção de seu bem-estar e necessita de atenção social por parte do Estado. Isto é, há uma lacuna no que se refere a necessidade de formulação ou fortalecimento de políticas sociais voltadas a esse grupo populacional, consideraremos a seguir tais políticas e sua inserção em meio ao Estado como forma política do capital.

Considerando o aumento significativo da população idosa nas últimas décadas, debatido anteriormente, quais as políticas mais relevantes para esse grupo? De acordo com Camarano e Pasinato (2004), a qualidade de vida da população idosa apresenta relação direta com os recursos monetários. Essa é certamente uma condição que envolve todas as faixas de uma pirâmide, todavia, essa é uma fase da vida em que não se enquadra na força e mercado de trabalho. Ao se referir aos recursos monetários, entende-se que a garantia de renda se torna fundamental para o grupo populacional que já não faz parte do mercado de trabalho, com o intuito de garantir não apenas a subsistência, mas para uma melhor qualidade de vida deste grupo populacional, uma vez que esta garantia, permite acesso a condições fundamentais para o bem-estar.

O envelhecimento é, portanto, marcado pelas desigualdades, até mesmo para subsistência, as políticas sociais voltadas para a senilidade, colocam-se nesse caso, como o caminho para o combate às desigualdades desse fenômeno e as melhores condições de vida para essa população. Segundo Meneses (2014, p. 126),

La situación de los mayores exige una atención especial, pues en su conjunto son relativamente diferentes de los demás grupos poblacionales y está marcada por dos rasgos fundamentales: una creciente necesidad de protección social y una realidad muy heterogénea entre ellos. Ante estas especificidades, heterogeneidades y necesidades surgen las políticas sociales de vejez. Estas son fruto de políticas globales de desarrollo de los Estados. Con ellas, el poder público busca intervenir en la realidad, de modo a regular y o redistribuir, con la finalidad de lograr el “bienestar social”, en este caso específicamente de los mayores.

É o Estado que deve tomar decisões relevantes para o desafio do envelhecimento, decisões que conflitem com as necessidades demandadas pelos idosos e garantam a proteção social. Vejamos o seguinte exemplo, essa é a fase da vida que o acesso à saúde torna-se imprescindível, entretanto, uma vez que as desigualdades sociais, que incluem o poder aquisitivo, não garantem que todos os idosos, mesmo os que possuem renda, tenham acesso a serviços de saúde, faz-se necessário a garantia de acesso à saúde gratuita e universal de qualidade ou, garantia de renda que o permita acessá-lo.

Para Meneses (2016), o contexto histórico do envelhecimento no Brasil, é marcado por uma forte desigualdade social e fragilidade econômica, as políticas sociais universais apresentam-se como necessárias para que a expectativa e qualidade de vida da pessoa idosa alcance não apenas uma pequena parcela dessa população, mas a maior parte deste grupo etário.

Neste movimento, podemos encontrar embate de interesses, cabe ao Estado, formulador e implementador das políticas públicas solucionar movido ou não por interesses as necessidades aqui citadas, e é essa torna-se mais uma importante condição que se debate o quão fundamental é debater o papel do Estado para que se possa analisar as políticas públicas em um determinado contexto espaço-temporal. Para Mascaro (2013, p. 10-11),

Tanto o corpo não se iça sem alavancas externas quanto o próprio Estado e a política não se estruturam nem se explicam por meio de suas autodeclaradas definições ou de seus padrões funcionais e sistêmicos médios. Para a compreensão do Estado e da política, é necessário o entendimento de sua posição relacional, estrutural, histórica, dinâmica e contraditória dentro da totalidade da reprodução social.

Por seguinte, como já mencionado, as ações estatais, aqui tratadas por meio das políticas públicas, apresentam uma estreita relação com a dinâmica da acumulação de capital, uma vez que, para Mascaro (2013), o Estado é a forma política desse processo de acumulação.

(...) A forma política estatal é também sua correlata inexorável, constituindo um tipo específico de aparato social terceiro e necessário em face da própria relação de circulação e de reprodução econômica capitalista. Tal forma política, terceira e específica, é um ponto nodal das relações sociais capitalistas (MASCARO, 2013, p. 25).

O autor destaca ainda que à medida que se amplia e se aprofunda o processo de acumulação de capital o Estado vai se adequando às demandas desse processo. De modo que jamais foi visto em sociedades anteriores, uma organização política como é o Estado na atualidade e sua autonomia é condicionada pela própria reprodução ampliada do capital. Segundo Mascaro (2013, p.44) “Sendo uma entidade relacional, condensando específicas dinâmicas sociais, o Estado não é autônomo diante dessa estrutura geral das relações do capitalismo, daí a relatividade da sua autonomia”.

No contexto contemporâneo o capitalismo tem sido conduzido especialmente pelas ideias neoliberais, que, diferente do que se propaga, não tem a intenção de excluir o Estado das decisões econômicas e políticas, pelo contrário, necessita do seu aparato para se reproduzir. É o neoliberalismo que vem definindo os parâmetros da atuação do Estado no capitalismo e, por conseguinte, influenciando as políticas públicas tanto na dimensão qualitativa quanto quantitativa. No próximo capítulo, o escopo da análise é a política previdenciária no Brasil, que impacta diretamente nas condições de vida da população idosa e foi muito afetada pela perspectiva neoliberal que tem caracterizado a atuação do Estado no país desde o fim do século XX.

3 - PREVIDÊNCIA PÚBLICA NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

As políticas públicas, mesmo as de caráter universal, não estão isentas dos interesses capitalistas neoliberais, pelo contrário, passam a ser alvo de ataques e reformas que envolvem esses interesses e o enfraquecimento dessas políticas. Neste capítulo faremos breve debate sobre o neoliberalismo e como o fundo público é disputado neste contexto. Na sequência, discutiremos uma das principais políticas dependentes do fundo público que é a previdência social. Nesse sentido, abordaremos as principais características da previdência social e de que maneira ela é afetada pelo neoliberalismo no Brasil, enfatizando suas reformas recentes.

3.1. Neoliberalismo e fundo público

Segundo Gonzalbo (2015), vivemos um momento globalmente neoliberal. Para ele, o neoliberalismo vem impondo aos estados um programa muito distinto do que os seus críticos costumam destacar.

O programa neoliberal, ao contrário do que imaginam alguns críticos, e ao contrário do que proclamam alguns propagandistas, não pretende eliminar o Estado, nem o reduzir à sua expressão mínima, mas transformá-lo, de modo que sirva para sustentar e ampliar a lógica do mercado. Em outras palavras, os neoliberais precisam de um novo Estado, às vezes um Estado mais forte, mas para outros fins (GONZALBO, 2015, p. 22).

Neste sentido, no que se refere aos gastos públicos e a atuação do Estado, adentramos numa perspectiva de políticas neoliberais de redução dos gastos sociais, que não implicam em uma redução no nível de intervenção do Estado, mas em uma mudança no destino dos gastos, que possam priorizar o atendimento das demandas do capital, em detrimento das necessidades da população. Esse é um fenômeno que interfere diretamente na construção e aplicação de diversas políticas públicas, uma vez que o neoliberalismo é um programa. De acordo com Gonzalbo (2015), o neoliberalismo é um programa político constituído por,

(...) una serie de leyes, arreglos institucionales, 44ministr de política económica, fiscal, derivados de aquellas ideas, y que tienen el propósito de frenar, y contrarrestar, el colectivismo una aspectos muy concretos. Uma eso, como programa político, uma sido sumamente ambicioso. Del mismo núcleo han surgido 44ministrac para casi todos los 44dminis: hay una idea

neoliberal de la 45minist, que es acaso lo más conocido, pero hay 45minis una idea neoliberal de la educación, de la atención médica y la 45administración pública, del desarrollo tecnológico, una idea del derecho y de la política (GONZALBO, 2015, p. 18).

Gonzalbo (2015), destaca que ao contrário do liberalismo que defendia o livre mercado e tentava restringir a atuação do Estado, o programa neoliberal pressupõe que o mercado não é natural ou espontâneo, mas, que precisa ser criado, sustentado e defendido pelo Estado. Assim, não tem interesse em minimizar o Estado, ao contrário, pretende transforma-lo,

(...) El programa neoliberal, contra lo que imaginan algunos críticos, y contra lo que proclaman algunos propagandistas, no pretende eliminar al Estado, ni reducirlo a su mínima expresión, sino transformarlo, de modo que sirva para sostener y expandir la lógica del mercado. O sea que los neoliberales necesitan un nuevo Estado, a veces un Estado más fuerte, pero com otros fines (GONZALBO, 2015, p. 21).

Esta é uma lógica estratégica que diversos setores da sociedade são diretamente atingidos, na mesma via, as políticas públicas que visem alcançar esses diferentes setores, são afetadas e adequadas não a real necessidade social, mas as necessidades do mercado.

É neste sentido, que se entende que ao dialogar sobre as políticas públicas, não se deve omitir ou silenciar a forma política do Estado, mas considerar essa uma das mais significativas faces do capital e do Estado, abordada por Mascaro (2013), o qual explica, que para se entender o neoliberalismo e seu desenho, é necessário considerar um amplo conjunto de fatores,

(...) o neoliberalismo só pode ser compreendido se for somado ao seu específico regime de acumulação um complexo de formas políticas, lutas sociais, informações culturais, técnicas e de massa e valores que se apresentam como modo de regulação desse todo. Se há um núcleo econômico do neoliberalismo, há também, de algum modo, um núcleo político-ideológico que lhe conforma (MASCARO, 2013, p.113).

Parada (2006), salienta que os governos surgem como importante instrumento de construção nas políticas públicas, todavia, seja governo ou oposição, ambos são rodeados de decisões políticas. Cabe ressaltar que as decisões políticas são de todo modo rodeadas de inúmeros interesses e pesos diferentes. Parada (2006, p.67) afirma que *“La política en su sentido más amplio tiende a conformar, tanto las propuestas de políticas públicas, como aquellas que se concretan.”* Neste sentido,

visualiza-se que as decisões políticas influenciam diretamente todo processo de construção de políticas públicas e o neoliberalismo é atualmente um dos principais articuladores de decisões políticas.

Segundo Gonzalbo (2015, p. 43), o neoliberalismo constitui “uma teoria de como transformar o Estado para que ele garanta o funcionamento do mercado — e mais além, para expandir a lógica do mercado, e criar novos mercados”. Em meio as estratégias de produção e reprodução do capital, as políticas públicas não passam imunes a implementação dessa teoria. De modo que são diversas as políticas públicas afetadas pelo modelo neoliberal, dentre elas, a política previdenciária que é um dos pilares desta pesquisa pois repercute muito nas condições de vida da população idosa e implica no comprometimento de relevante parcela do fundo público.

Segundo Salvador (2010), orçamento público é um espaço de luta política, em que diferentes forças da sociedade buscam inserir seus interesses na disputa pela apropriação do fundo público.

[...] O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. A expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal. No Brasil, os recursos do orçamento do Estado são expressos na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Congresso Nacional (SALVADOR, 2010, p. 607).

Salvador (2012, p. 5), afirma que, “No capitalismo ocorre uma disputa na sociedade por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal.” Para ele, o orçamento público envolve disputa de interesses entre as diferentes forças da sociedade. Ao nos referirmos sobre especialmente o grande capital visualizar o fundo público como espécie de “pote de ouro”, nos referimos principalmente aos momentos em que o capital recorre este meio para recuperar-se ou superar crises, para produzir ou reproduzir o capital, tornando-se um importante instrumento do capital. De acordo com Silva (2011),

O fundo público é instrumento fundamental no desenvolvimento das relações de produção capitalistas, portanto sua imprescindibilidade ao capital é de caráter estrutural. Porém, é com o capitalismo monopolista que entendemos que o fundo público ganha maior centralidade e passa a atender de forma mais sistemática às condições gerais de produção; um componente estrutural e insubstituível para o capital (SILVA, 2011, p. 2 e 3).

Salvador (2012) afirma que, no capitalismo contemporâneo, marcado por crises mais intensas, o fundo público,

[...] exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas, sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais. O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica (SALVADOR, 2012, p.5).

O neoliberalismo busca enfraquecer diferentes ações importantes que acessam e utilizam o fundo público, neste sentido, o campo das políticas públicas é uma das áreas diretamente afetadas, uma vez que este fundo vai sendo cada vez mais colocado a serviço do mercado. No Brasil, as políticas sociais, que a partir da constituição de 1988 passam a apresentar um viés mais universal e de fortalecimento do sistema de proteção social, no final do século XX, passam a ser diretamente afetadas pelo neoliberalismo. De acordo com Silva (2011),

[...] “No momento em que o país ensaia a construção de um sistema de proteção social de caráter mais progressista e universalista (embora ainda de forma limitada) no final do século XX, entra em cena o projeto neoliberal implementado pelos governos no país. A ofensiva neoliberal derruiu o projeto democrático conquistado pela Constituição de 1988, fruto de ampla mobilização de setores progressistas da sociedade. A Seguridade Social passa a ser o maior alvo de ataques do projeto em curso, principalmente no âmbito orçamentário.” (SILVA, 2011, p. 02).

Entre as políticas públicas mais afetadas estão as redistributivas, como a política previdenciária.

[...] “políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento” (SOUZA, 2006, p.28).

De acordo com Souza (2006. p. 21), Na América Latina, “ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.”

No contexto neoliberal há frequentemente ações de desmonte na seguridade social, na qual se insere a previdência, principal política pública voltada para garantia de renda para pessoas idosas. No Brasil, essa realidade não é diferente. De modo, que muitas reformas previdenciárias já ocorreram, impactando diretamente as condições de vida da população, particularmente das pessoas idosas, vejamos a seguir, a questão da política previdência e as condições que a interferem.

3.2. Previdência pública no Brasil – entre os direitos constitucionais e as demandas do mercado

No debate acerca do envelhecimento e das políticas públicas, a política previdenciária é inegavelmente uma das mais significativas, considerando todos os seus rebatimentos socioeconômicos, em especial por ser um dos pilares da seguridade social, responsável pelo conjunto de ações que devem ser realizadas pelo Estado para garantir direitos básicos e um bem-estar social para a população. No Brasil, o seu contexto histórico é marcado desde seus primeiros passos, por diversas reformas e contrarreformas, cercadas de diversos interesses. Para debater a previdência neste trabalho, consideraremos as mudanças nesta política a partir da constituição de 1988 e o início dos anos 1990, momento marcado pela universalização de direitos sociais.

A previdência tem em seu mais profundo sentido a universalização, a garantia de direitos e o combate à desigualdade, de acordo com o Art. 194 da constituição de 1988, a seguridade social deve ser alicerçada na universalidade e que o poder público deve garantir essa ação, além disso, a previdência é posta como uma das garantias que devem ser realizadas pelo Estado a sua sociedade, fazendo parte de do tripé da seguridade social, composto por saúde, previdência e assistência social. Segundo o Art. 194 “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

A previdência ganha um viés transformador numa escala maior a partir de 1988 por diferentes fatores, destacamos aqui a expansão do seu alcance a trabalhadores rurais, além dos urbanos e sua perspectiva universal, e, certamente o que se refere a perspectiva universal, uma vez que a torna um direito básico. De acordo com Gentil (2006. p. 113 e 114),

Um novo pacto social se estabeleceu a partir dali, com mudanças nas relações entre Estado e sociedade. Ficava clara a construção de uma matriz constitucional de aproximação com o modelo de Estado de Bem-estar social. A saúde e a assistência social passaram a ser direitos do cidadão e dever do Estado, e a previdência, ao misturar contribuição com financiamento estatal, ampliava sua cobertura de modo a incluir parcela da população até então não atendida pelo sistema.

Como apresentado, as políticas públicas podem ser classificadas em diferentes segmentos, destacaremos aqui as políticas universais e focalizadas e como essas apresentam diferentes interesses engendrados as suas respectivas formulações. Iniciemos aqui a diferenciação entre políticas focalizadas e universalistas de forma sucinta, a primeira, apresenta uma relação direta com o mercado e com um direcionamento dos gastos sociais que não priorizam o combate às desigualdades, enquanto as universais têm seu pilar na garantia de direitos sociais que sustentam a longo prazo o combate às desigualdades, uma vez que vislumbra a garantia de direitos a todos.

A adoção de políticas universais como é o caso da previdência ou de políticas focalizadas na história e especialmente no contexto atual, a qual destaca-se o neoliberalismo, que adentrou e segue nesta ótica de inserção, influenciando as políticas públicas numa escala global, desde países desenvolvidos até os subdesenvolvidos, e ganhando espaço e se fortalecendo especialmente nos países em desenvolvimento, como acontece na América Latina e no Brasil.

Ao citarmos que o neoliberalismo ganhou espaço nas decisões de políticas públicas, apesar do seu maior esforço para que sejam aplicadas políticas focalizadas, as universais também são alvo desse modelo de acumulação, de acordo com Gentil (2006), a política universal previdenciária vem sofrendo grandes alterações no decorrer das décadas.

No Brasil, as alterações no sistema de seguridade social ao longo dos anos 1990 não foram tão extensas a ponto de mudar suas características mais fundamentais. [...] O sistema previdenciário social tem sofrido modificações quase ininterruptas desde o fim da década de 1980, em função da influência do pensamento conservador que varreu a América Latina, promovendo reformas privatizantes e da clara dominância de políticas econômicas ortodoxas nos últimos quinze anos (GENTIL, 2006, p.25).

No caso brasileiro, há diversas maneiras de identificar a inserção neoliberal nas políticas públicas, o primeiro caso, é o exemplo das mencionadas reformas

previdenciárias, que estão normalmente vinculadas a um discurso falacioso que coloca o envelhecimento como um problema que inviabiliza a previdência pública.

O discurso dominante descreve uma situação de falência e de incapacidade futura da previdência pública, frequentemente relacionada a um dramático problema demográfico de envelhecimento da população em função do aumento da expectativa de vida e da baixa taxa de natalidade (GENTIL, 2006, p.23).

Assim, conforme a autora, a previdência e a questão demográfica tornaram-se alvo do modelo neoliberal, em especial na América Latina.

Outra forma de identificarmos o crescimento neoliberal nas políticas sociais, é a crescente força das políticas focalizadas, destinadas a grupos ou setores específicos da população, essas políticas passaram a receber prioridade e passaram a ganhar mais força, enquanto, as políticas universais, que abrangem a maioria da população passaram a ser constantemente enfraquecidas. As políticas focalizadas, de acordo com Barco (2010) tem como objetivo diminuir gastos sociais, e são estruturadas em três pilares,

[...] “a) são promovidas pelo objetivo de eficiência e estão subordinadas a um esquema de acumulação flexível; b) estão subordinadas a um sistema concentrador no econômico e excludente no social; c) promovem a “compensação” no nível microsocial, o assistencialismo focado na pobreza crítica em um contexto caracterizado pela transferência de renda para cima.” (BARCO, 2010, p.2).

Theodoro e Delgado (2003) atentam para o fato de que a diminuição de gastos afeta o projeto de inclusão na sua base. Sendo assim, podendo efetivar a pobreza e diminuir as possibilidades de diminuição das desigualdades. Eles apresentam importantes críticas e questionamentos ao discurso neoliberal de políticas focalizadas,

[...] “se só os mais pobres teriam direito às políticas sociais, então a perpetuação da pobreza torna-se um pressuposto lógico: só a existência perene desse grupo como norma justifica a ação do Estado nesse âmbito. No limite, a política de focalização consolidaria e engessaria a desigualdade, o que significa o abandono do projeto efetivo de combate à pobreza e de construção de um sistema amplo de proteção social. Antes de ser um instrumento de transformação social (ao lado de uma política de crescimento virtuosa do ponto de vista redistributivo e das reformas agrária e tributária), a política social, nessa perspectiva, teria a função da chamada “gestão da pobreza e da miséria” (DELGADO; THEODORO, 2003, p.123).

Neste sentido, a exclusiva atenção a políticas focalizadas, perpetuariam a pobreza e a desigualdade, indo na contramão do que a humanidade construiu ao longo da segunda metade do século XX. De acordo com Schmidt (2018),

[...] “Reconhecer que as políticas públicas geralmente têm repercussões desiguais não significa abrir mão da perspectiva da universalidade. A construção dos Estados de Bem-Estar Social (welfare states) e as revoluções socialistas no Século XX inauguraram um conjunto de políticas de caráter universalizante – na educação, saúde, previdência social e outras – que constituem um patrimônio da humanidade na luta por maior igualdade social.” (SCHMIDT, 2018, p.123).

É evidente que as políticas sociais no contexto neoliberal sofrem interferências que golpeiam a episteme da seguridade social e das políticas sociais, em especial as universais. Ao constarmos as características mencionadas acerca das políticas focalizadas, não objetivamos questionar a relevância delas, mas, evidenciar que há um esforço do neoliberalismo em reduzir os gastos com políticas universais. Entendemos que as políticas focalizadas necessitam do seu espaço e são fundamentais na sociedade, no caso específico para a sociedade Brasileira. Schmidt (2018, p. 125), afirma que “a integração e combinação virtuosa de umas e outras, mediante planejamento sistêmico, viabiliza o melhor atendimento das demandas sociais.”

Apesar de ambas as políticas merecerem o seu devido espaço, para que os anseios sociais sejam respondidos nos tempos e espaços necessários, o que tem ocorrido no contexto neoliberal é uma maior pressão para a presença de políticas focalizadas e duras críticas a políticas universais. De modo Geral o discurso neoliberal incentiva políticas focalizadas a partir do argumento da redução dos custos e eficácia dos gastos. Para Delgado e Theodoro (2003), “ao eleger o argumento financeiro como principal norteador, ou como a restrição básica da ação governamental, o discurso da focalização faz toda a discussão da política social enveredar para o âmbito da “escolha pública eficiente” em face de uma restrição absoluta”.

Neste sentido, pode-se destacar as inúmeras críticas e ataques realizadas a previdência social nas últimas décadas, com o objetivo de enfraquecê-la, dentre as principais críticas a ela realizada, destacamos os já mencionados argumentos financeiros, que põe a previdência como não sendo sustentável, abordado e criticado por Gentil (2006) ou até mesmo os que colocam o aumento da expectativa como um problema demográfico. Fagnani (2008) reforça que o desequilíbrio financeiro tem sido

um dos principais argumentos utilizado pelos defensores do neoliberalismo para impor reformas previdenciárias.

Fagnani (2008) considera que se deve pensar nos fatores endógenos e exógenos que permeiam a previdência, mas que o debate financeiro está diretamente ligado a fatores exógenos. Além disso, considera a desregulamentação do trabalho um importante fator na análise sobre a capacidade financeira previdenciária e o que a explicação do déficit previdenciário,

[...] “Está relacionada ao estreitamento das fontes de financiamento do sistema, consequência das opções macroeconômicas adotadas nas últimas décadas, que resultaram em mais de um quarto de século de baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e desorganizaram o mercado de trabalho. O desemprego, a informalidade e a queda dos rendimentos reduziram a massa sobre a qual incidem as contribuições sobre a folha salarial (empregados e empregadores) que é a principal fonte de financiamento do setor (FAGNANI, 2008, p.02).

De acordo com Gentil (2006), a opinião pública tem sido influenciada por uma visão negativa da previdência pública que não corresponde à realidade. Ou seja, há contradições nos discursos neoliberais propagados pela mídia que põe a previdência como precatória e que necessita de reformas que evitem um suposto déficit previdenciário. Gentil (2006, p. 32 e 33) afirma que,

[...] “O uso de uma metodologia inadequada para avaliar o desempenho financeiro da previdência baseia-se em argumentos que dissociam da análise um fator importante que foi introduzido a partir da promulgação da Constituição de 1988. Um dos maiores avanços inscritos na atual Constituição, em termos de direitos sociais, foi a criação um sistema integrado de seguridade social abrangendo a saúde, a assistência social e a previdência (Art. 194, CF/88). O sistema de seguridade social é financiado com receitas próprias, previstas na Constituição e a ele especificamente vinculadas (Art. 195 e incisos).

A autora considera que os recursos da seguridade social são remanejados de forma indevida para outras áreas. Para a autora esses apelos constantes para cortes nos gastos públicos, sobretudo para as reformas previdenciárias,

[...] Estão estreitamente vinculados a um novo cenário econômico que se instaurou no Brasil a partir dos anos 1990, resultante de uma mudança na forma de inserção do país na economia mundial, e que implicou numa nova gestão da política monetária e fiscal da economia nacional. As reformas promovidas (abertura comercial, liberalização financeira e privatização) e o modelo de controle da inflação que daí se seguiu favoreceu um intenso

processo de acumulação financeira patrocinado pelo Estado, através da forma de gestão da política fiscal (GENTIL, 2006, p.176/177).

Ao caminhar numa direção de reformas que prejudicam de forma geral os trabalhadores, a previdência brasileira tende a direcionar-se para um caminho oposto a seguridade social definida na Constituição de 1988. Segundo Gentil (2006) as ideias neoliberais semeiam uma visão de crise nos sistemas previdenciários públicos e ataques ao Welfare State.

No Brasil a previdência social tornou-se uma das principais políticas públicas, e, além disso, uma das mais importantes políticas no que se refere ao fenômeno do envelhecimento, visto que, garante renda para população idosa, além de garantir a possibilidade direcionamento de diversas ações de melhorias para esta população.

Além de garantir uma das premissas da seguridade social e colaborar com uma longevidade que possibilite melhores condições de vida para a população, a previdência social apresenta-se como fator importante no desenvolvimento regional, sendo a única renda de milhões de famílias no Brasil, neste sentido, o IBGE aponta que aumentou nos últimos anos o número de domicílios chefiados financeiramente por idosos no Brasil.

França (2019, p 14), considera que,

“[...] a Previdência social tem exercido um importante papel no campo do desenvolvimento econômico e social, levando aos quatro cantos do Brasil o benefício previdenciário que fomenta a economia de milhares de municípios, transformando-se assim, no mais importante instrumento de redistribuição de renda.”

Essa redistribuição segue a mesma via do combate à desigualdade social. Segundo França (2019), os recursos previdenciários além de fundamentais para melhores condições de vida e de redução no percentual de extrema pobreza entre os brasileiros, é também um instrumento relativo na redução de movimentos migratórios, a exemplo do êxodo rural, que podem gerar transformações espaciais e fomentar posteriormente problemas sociais e ambientais, principalmente em grandes cidades, que apresentam uma elevada densidade e pressão demográfica.

O interesse neoliberal em destinar esforços para enfraquecer a política previdenciária, nos faz retornar ao debate acerca da disputa do fundo público, uma vez que este é um instrumento também importante para a manutenção do grande

capital, que, como aqui mencionado, necessita da participação do Estado para sua reprodução. O incremento neoliberal e sua ação e reprodução nos países periféricos apresentam-se como grandes opositores das políticas universais como a previdência social. Gentil (2006) aponta que vários são os interessados no enfraquecimento da política previdenciária pública, que se beneficiam com políticas de reformulações previdenciárias, ela afirma que,

[...] Os segmentos do mercado que se beneficiam com o resultado da política econômica de juros altos e com o falso discurso de falência da previdência social – bancos, seus fundos de previdência privada e seguradoras, assim como os outros grandes proprietários de títulos públicos pessoas físicas e empresas não-financeiras, com recursos investidos em fundos de investimento financeiro – se voltam para a defesa da política fiscal restritiva, que reduz as despesas correntes do governo federal, entre elas os gastos com a seguridade (com alvo na previdência), reservando grande parte dos recursos orçamentários para a acumulação financeira GENTIL (2006, p. 234).

Mesmo com as conquistas sociais no decorrer da história, em especial que inclusas na constituição de 1988, e os rebatimentos nas melhores condições de vida da população, os investimentos em políticas sociais ainda enfrentam resistência na perversidade neoliberal, especialmente no contexto do financiamento das políticas sociais, Salvador (2012) considera que,

[...] A disputa pela expansão e consolidação dos direitos sociais enfrenta essas funções do fundo público, que são determinantes para o capitalismo, cuja maior expressão é a apropriação de parte importante dos recursos do orçamento público. Para tanto, uma das alternativas para enfrentar a perversa tradição do orçamento fiscal brasileiro, que historicamente serviu para a acumulação de capital, foi a vinculação de recursos para áreas sociais (SALVADOR, 2012, p. 12).

No que se refere ao fundo público, Salvador (2012), apesar de apresentar a relevância desse orçamento na acumulação dos meios de produção privados, além disso, ressalta e evidencia que são fundamentais na garantia de direitos sociais para população, nesse contexto, ele considera que a constituição federal de 1988 avanços nos dos cidadãos,

[...] sobretudo os direitos trabalhistas e sindicais, às políticas de previdência, assistência social e saúde, que vão edificar a seguridadesocial no país, aos direitos educacionais, entre outros. A efetivação dessas conquistas e a

perspectiva da consolidação de um sistema de bem-estar social no Brasil deveriam implicar aporte prioritário e considerável de recursos no orçamento público, além da elaboração de um conjunto de legislações complementares (SALVADOR, 2012, p.6).

Estas são garantias e direitos que envolvem a seguridade social, que contribuem no desenvolvimento social e regional, estas, poderiam ser consideradas prioridades no orçamento público, todavia, contraria a lógica capitalista de acumulação por parte dos meios de produção privados. É neste sentido que Salvador (2012) afirma que na década de 1990, a ideologia neoliberal buscou enfraquecer as conquistas sociais, uma vez que o fundo público passara a ser utilizada com grande participação nos serviços ligados a seguridade social.

No caso da Previdência Social, o aumento da população idosa requer, conseqüentemente, mais gastos públicos com aposentadorias por idade, uma vez que, como mencionado, houve além do aumento da expectativa de vida, um aumento do superenvelhecimento da população. É neste contexto que a previdência se tornou um alvo do neoliberalismo.

Para Gentil (2006, p. 178), “muito pouco se atribui à influência que a política econômica exerce sobre o sistema de seguridade social.” Ou seja, quando se põe em pauta mudanças no sistema previdenciário não se considera os interesses neoliberais e o mercado como agentes que o influenciam. Mesmo que os sucessivos supostos problemas que causam a necessidade de reformas previdenciárias mencionadas pelos neoliberais, que causam efeitos imediatos sobre os trabalhadores fossem reais, em especial o grande déficit previdenciário, outras soluções seriam possíveis para essa questão.

[...] Conforme sugere Eatwell (2002), a melhor solução para o desequilíbrio que possa existir em sistemas previdenciários está numa política econômica contracíclica. Pode-se, como exemplo, apontar algumas medidas que garantiriam melhor desempenho financeiro ao sistema previdenciário: promoção de maior crescimento no nível de produção e do emprego formal, pois na fase ascendente do ciclo crescem as receitas tributárias e de contribuições, além de os gastos sociais se reduzirem; estímulo ao crescimento da produtividade, derivado de incrementos na taxa de investimento e de melhoramentos da qualidade da força de trabalho, pois assim poder-se-ia atender a demanda crescente por bens de consumo; ampliação da progressividade do sistema de contribuições previdenciárias, para que os salários mais altos possam pagar mais e, assim, permitir a incorporação de filiados de baixa renda, em condições especiais; e, a adoção de medidas para elevar taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho (GENTIL, 2006, p. 179).

Apesar das inúmeras possibilidades, o que interessa de fato ao grande capital no seu momento neoliberal é enfraquecer políticas sociais, disputar o orçamento e o

fundo público para sua produção e reprodução. Neste sentido, o Estado é o responsável por colocar em prática os interesses e reivindicações do grande capital. Essas atribuições e alterações postas ou não em prática, são rodeados de interesses capitalistas, ou seja, não são casuais. Estas seguem uma lógica de desenvolvimento, tratada por Smith (1988), como desigual e combinada. Segundo ele, a produção e transformação dentro do Espaço geográfico são regulamentados pelo estado. Sendo assim, os rebatimentos socioespaciais das reformas previdenciárias são uma consequência pensada pelo neoliberalismo.

No Séc. XXI as medidas sugeridas anteriormente não foram uma realidade dos países latinos, inclusive do Brasil. Alguns países da América Latina passaram por significativas reformas que fortaleceram a acumulação capitalista e contribuíram negativamente para as condições de vida da população, em especial a saída de uma previdência pública para uma previdência privada, que tem por lógica aumenta as desigualdades e tem um viés completamente diferente da política universal previdenciária que faz parte da tríade da seguridade social. De acordo com Gentil (2006, p. 24),

[...] Nos países da América Latina, os sistemas previdenciários passaram também por reformas, em alguns deles num processo de imitação do modelo de estratégia liberal, baseadas na privatização da previdência social, ênfase na desregulamentação do mercado de trabalho e nos benefícios seletivos ao invés de universais, enquanto em outros as mudanças foram mais limitadas. Países como Chile (1981), Peru (1993), Argentina e Colômbia (1994), Uruguai (1996), Bolívia e México (1997), El Salvador (1998) e Costa Rica (2001) optaram por substituir parcial ou integralmente, os sistemas públicos de repartição por sistema privados obrigatórios de capitalização individual.

Uma das principais evidências de falhas na privatização da previdência, danos sociais e aumento da pobreza, é o caso chileno. Após mais de 40 anos, hoje de acordo com o Ministério de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas do Chile, houve entre os idosos, um aumento da pobreza, aumento no número de pessoas deste grupo passando a viver abaixo da linha da pobreza, e, além disso, houve um aumento nos índices de suicídios entre os idosos e número de pessoas idosas trabalhando em idade avançada.

A previdência pública e seus beneficiários tentam resistir a as duras mudanças impostas pelos Estados que servem aos interesses de acumulação do capital. No Brasil, a última reforma relevante reforma, em 2019, impôs novas regras de aposentadorias, tendo destaque o aumento da idade mínima para aposentadoria de 2 anos para mulheres.

O debate acerca da previdência em meio as interferências externas por meio da participação dos governos e posteriormente do Estado são importantes para que visualizemos, pôr fim, a sua importância para a população idosa no país. O Brasil segue um caminho de reformas que poderão colocar o envelhecimento como um fenômeno negativo e não como uma conquista relevante.

Como já mencionado, a previdência social é, além da garantia de renda para população idosa, contribui para promover uma melhor redistribuição de renda à medida que se universaliza. Nesse sentido, trata-se de uma política fundamental para redução da pobreza.

“O acesso a esses benefícios não exige contribuições e tem funcionado como importante programa de combate à pobreza. Estimativas do IPEA apontam que, graças à previdência rural cerca de vinte milhões de pessoas ficaram acima da linha de pobreza em 1999, se considerado o critério de linha de pobreza por mínimo de subsistência. (...) Estudo divulgado pelo Ministério da Previdência mostra que o grau de pobreza entre os idosos é substancialmente inferior ao da população mais jovem e 173 que, caso não houvesse as transferências previdenciárias, a pobreza entre os idosos triplicaria. (CASTRO, 2002, *apud* GENTIL, 2006, p. 172).

Considerando a importância da previdência pública para sociedade brasileira, em especial nas condições de vida da população idosa, debateremos no próximo capítulo o envelhecimento e a previdência pública em Sergipe, neste século XXI, buscando também estabelecer o diálogo com a realidade nacional e da região Nordeste.

4 – ENVELHECIMENTO E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM SERGIPE NO SÉCULO XXI

O Brasil apresenta em seu processo de envelhecimento uma heterogeneidade significativa entre as suas regiões e unidades federativas, analisaremos neste capítulo algumas características da população idosa em Sergipe, o menor estado do país, as suas singularidades e o acesso ao benefício previdenciário da aposentadoria, com ênfase aos benefícios emitidos por idade.

4.1. Envelhecimento populacional em Sergipe

O envelhecimento populacional em Sergipe em suas características gerais, no que envolve os principais fatores e indicadores demográficos, não se distanciou do ocorrido no país, apesar de apresentar suas singularidades, entre as quais a heterogeneidade, Meneses (2014), afirma que a heterogeneidade no envelhecimento em Sergipe é explicada pelos diferentes contextos socioeconômicos, culturais, políticos e territoriais. Sendo este processo, irreversível.

A análise de Meneses (2016) constata que assim como ocorreu no conjunto do país o processo de envelhecimento em Sergipe resulta principalmente de uma rápida queda da fecundidade e de um constante aumento da esperança média de vida da população, ainda que comparativamente menor que a média do país. As tabelas 1 e 2 evidenciam a evolução da esperança de vida em Sergipe e no Brasil nas últimas três décadas, considerando dados do IBGE, entre 1991 e 2010 e do Pnad, 2019.

Tabela 01

ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA – SERGIPE 1991 A 2019			
1991	2000	2010	2019
58,29	63,81	70,39	73,64

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO e PNAD (IBGE). Elaborado por Markston Santos

Tabela 02

ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA – BRASIL 1991 A 2019			
1991	2000	2010	2019
66,93	70,44	73,48	76,60

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO e PNAD
(IBGE). Elaborado por Markston Santos

Um importante fator que fez com que Sergipe tenha passado por essa mudança demográfica em um ritmo mais lento e atrasado em relação a média nacional, foi a maneira tardia que passou por um processo de urbanização. De acordo com Meneses (2014, p. 17 e 18),

La década de 1970 marca el inicio de muchos 59odavia demográficos um la 59odavia5959 de Sergipe, desde la urbanización creciente y el descenso de la 59odavia5959de, hasta los 59odavia um la composición por edad de la población que están llevando a um 59odavia59 de envejecimiento 19 creciente, aunque proporcionalmente es 59odavia inferior al de la región Nordeste, um um 1,3%, y al del conjunto del país um um 1,8 %.

A industrialização e urbanização que contribuíram para melhorias estruturais que resultaram em melhores condições de vida da população também esteve ligada ao aumento da esperança de vida, uma vez que este fenômeno está diretamente ligado às condições que garantem a qualidade de vida da população idosa. Para Meneses (2014, p. 63),

El rápido descenso de la fecundidad en Brasil y Sergipe debe relacionarse con otros factores como el proceso creciente de urbanización, que aumenta la capacidad de la población de recibir informaciones; la ampliación de la cobertura de servicios de salud, que favorece la realización de programas de atención especial al embarazo e incentiva la planificación familiar.

Embora entre 1991 e 2022, últimos quatro censos demográficos realizados pelo IBGE, o estado de Sergipe tenha conseguido um significativo aumento da expectativa da sua população, alongando-a em cerca de 15 anos, portanto, cinco a mais que o aumento da expectativa de vida no país, o estado continua abaixo da média nacional. Essa rápida mudança, indica que o estado teve um envelhecimento acelerado, mas que esse processo foi tardio quando comparado a escala nacional.

Não diferente do Brasil, o estado de Sergipe apresentou redução nas suas taxas de fecundidade, mas, esse processo se acelerou tardiamente considerando o que ocorreu na média nacional, em especial nos estados mais desenvolvidos do país, este é um dos principais fatores no que se refere ao envelhecimento no estado em ritmo acelerado nas últimas décadas.

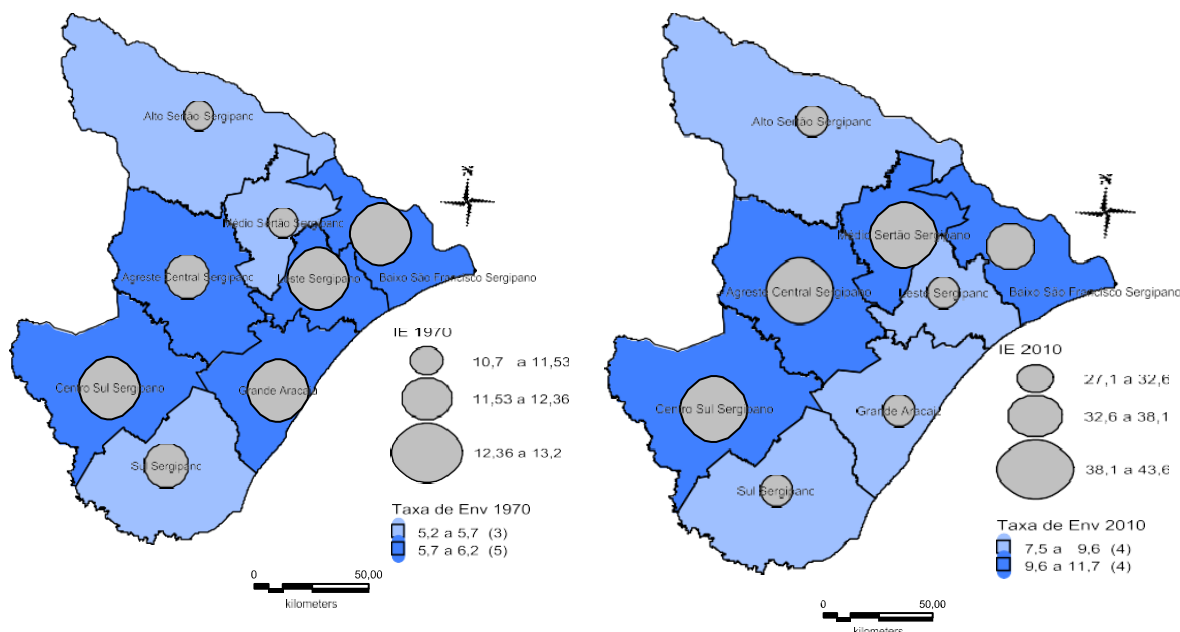
O crescimento destacado anteriormente, aponta que a proporção de idosos em relação a base da pirâmide (índice de envelhecimento), tende a aumentar, interferindo diretamente no desenho etário da população. Década após década as mudanças etárias em Sergipe vêm se desenhando como maior amplitude. Analisando os dados do censo 2010, Meneses (2013, p. 01) constata que,

9,0% da população sergipana é formada por idosos, o que significa, 185.957 segundo o censo de 2010 do IBGE. Em 1970, esse percentual era de apenas 5,8%, enquanto o grupo de jovens nesse mesmo ano representava 46,1% da população. Em 2010 os jovens diminuíram sua participação para 26,9%. Isso é resultado da queda da fecundidade no estado que caiu de 7,8 filhos por mulher em 1970 para 2,0 filhos em 2010, uma redução de aproximadamente 73% da taxa de fecundidade em 40 anos e resulta também da queda da mortalidade, principalmente nas duas últimas décadas uma desaceleração do ritmo de crescimento populacional no estado.

Como mencionado, a porcentagem da população idosa no total da população tem aumentado ano após ano. O censo 2022 apontou que a população idosa em Sergipe é 294.609, o que corresponde a 13,3% da população.

No entanto, como evidenciam os estudos a mudança demográfica não ocorre de forma homogênea no estado. O índice de envelhecimento tem aumentado em todo o Estado de Sergipe, mas algumas regiões esse índice é mais elevado (mapa 01). O índice de envelhecimento calculado a partir da relação entre o número jovens de 0 a 14 anos e o número de idosos, 60 anos ou mais, vejamos a seguir.

Mapa 01 - Sergipe – Índice e Taxa de Envelhecimento Populacional por Territórios de Planejamento – 1970/2010



Fonte: IBGE- Censo Demográfico 1970/2010. Elaboração Markston Santos.

De acordo com o IBGE, o índice de envelhecimento em Sergipe permaneceu em alta em relação aos censos anteriores, de modo que o censo 2022 destacou que, em Sergipe, existem 62,75 pessoas com 60 anos ou mais a cada 100 jovens, superando a projeção para o ano em destaque, que apontava para um índice de envelhecimento em 46,1 (Tabela 3).

SERGIPE

AÑOS	EDAD MEDIA	INDICE DE VEJEZ
1970	15,6	12,0
1980	16,2	15,0
1991	18,7	17,0
2000	21,5	22,0
2010	30	33,4
2020*	32,5	46,1
2030*	36	76,2

Fuente: Meneses (2014, p. 63)

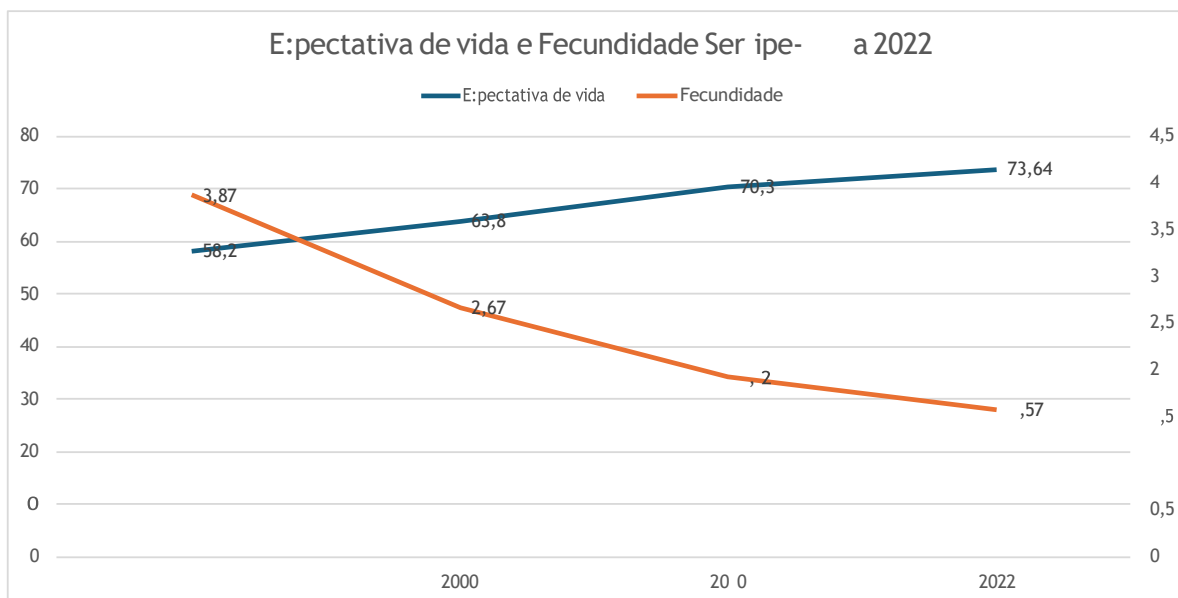
O aumento do índice de envelhecimento é, portanto, um resultado do aumento da expectativa de vida e do número de idosos, aqui considerando a idade de 60 anos

ou mais e neste caso, especialmente a redução ainda maior da taxa de fecundidade em Sergipe. Essas condições foram identificadas como um processo intenso de envelhecimento, de acordo com Meneses (2014),

Teniendo en cuenta que es al principio un proceso de envejecimiento por la base, fruto de la reducción de la fecundidad, se comprueba que está ocurriendo a gran velocidad. Como consecuencia de la brusca caída de la fecundidad desde 1970 que pasó de 7,87 hijos por mujer a 2,01 en el año 2010; o sea una reducción de 74,4 % del índice de fecundidad en tan solo 40 años. Lo cual está generando cambios profundos en la estructura poblacional poniendo de manifiesto la intensidad del proceso de envejecimiento (MENESES, 2014, p. 62).

O gráfico 10 evidencia a relação entre expectativa de vida e fecundidade que são os fatores que explicam o intenso processo de envelhecimento em Sergipe nas últimas décadas.

Gráfico 10



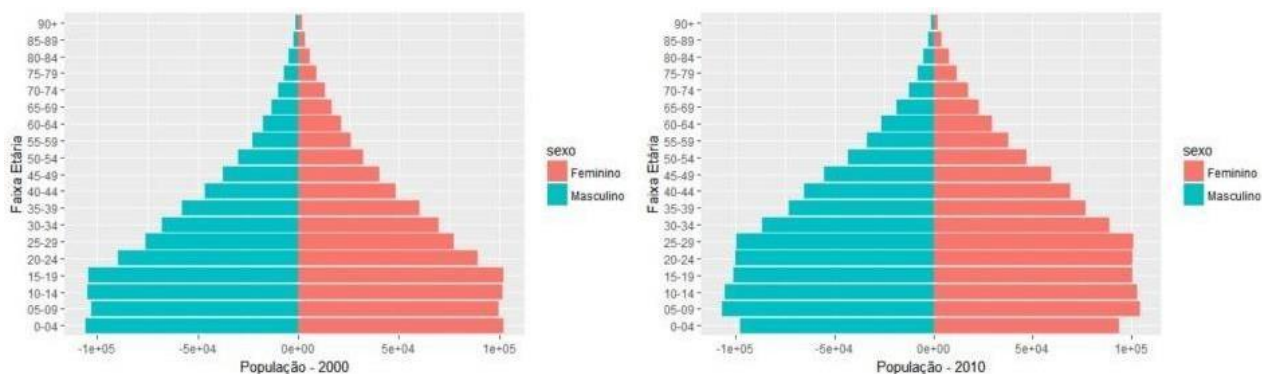
Fonte: IBGE, elaboração própria.

O elevado salto nos níveis de envelhecimento, resultado da combinação entre o aumento da expectativa de vida e a queda nas taxas de natalidade e fecundidade, alteraram não apenas a pirâmide etária brasileira em sua totalidade, mas também dos seus respectivos estados, incluindo Sergipe.

Em Sergipe, a pirâmide etária tem caminhado a passos largos para um estreitamento da sua base e alargamento do corpo e ápice, consequências do

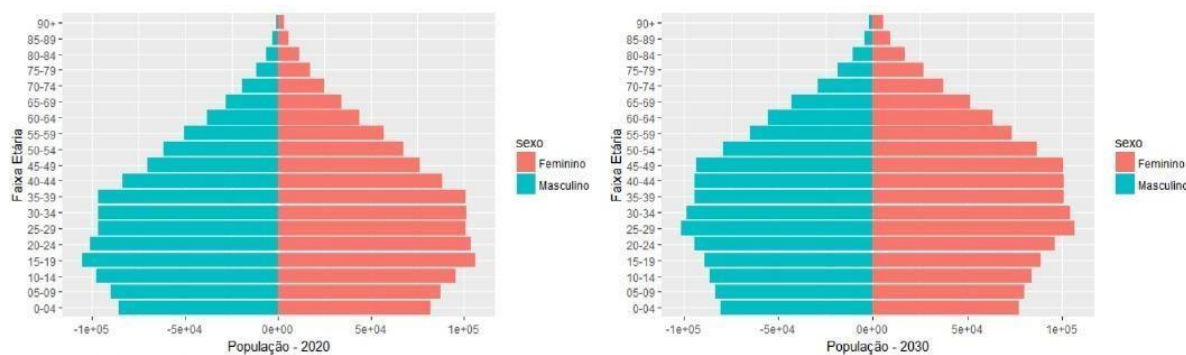
processo de envelhecimento. As pirâmides são uma importante representação que destaca a necessidade de considerar as demandas que esta alteração nas características demográficas da população geral. Nos anos de 2000 e 2010 a pirâmide etária de Sergipe, apresentou um aumento do ápice e diminuição da base (Gráfico 11), alcançando de maneira mais expressiva um aumento do corpo e ápice nas projeções das décadas seguintes, 2020 e 2030 (Gráfico 12).

Gráfico 11



Fonte: IBGE. Elaboração: Observatório de Sergipe (2018)

Gráfico 12



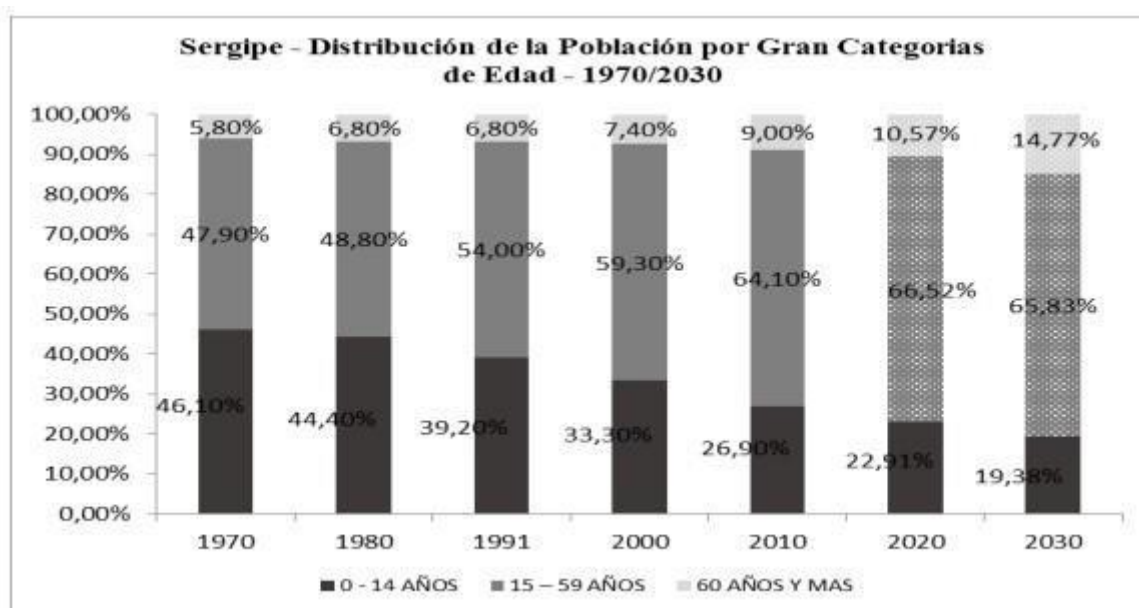
Fonte: IBGE. Elaboração: Observatório de Sergipe (2018)

Este fenômeno segue o padrão nacional, apesar de apresentar taxas inferiores em relação a todo país, no que se refere à expectativa de vida. De acordo com o Observatório de Sergipe, em seu anuário estatístico de 2018, as projeções indicavam a maior faixa etária estando no corpo da pirâmide, residentes entre 20-24 anos, diferente das décadas anteriores, as quais a base apresentava a maior faixa etária. Tais constatações apontam o envelhecimento populacional no estado como tema

relevante no período atual, assim, o processo gera posteriormente significativas consequências nas questões sociais que se referem a criação e adequação às políticas públicas dentro do estado voltadas a população idosa.

Sergipe tem passado pelo principal marco da transição demográfica, que se caracteriza pelo aumento da população idosa e redução da população jovem, cabe ressaltar, que no menor estado do Brasil, este processo tem acontecido de forma acelerada e contínua. Um importante marco do envelhecimento acelerado em Sergipe é revelado através da rápida e significativa redução da participação proporcional dos jovens na população (Gráfico 13).

Gráfico 13



Fonte: MENESES, 2014, p 48.

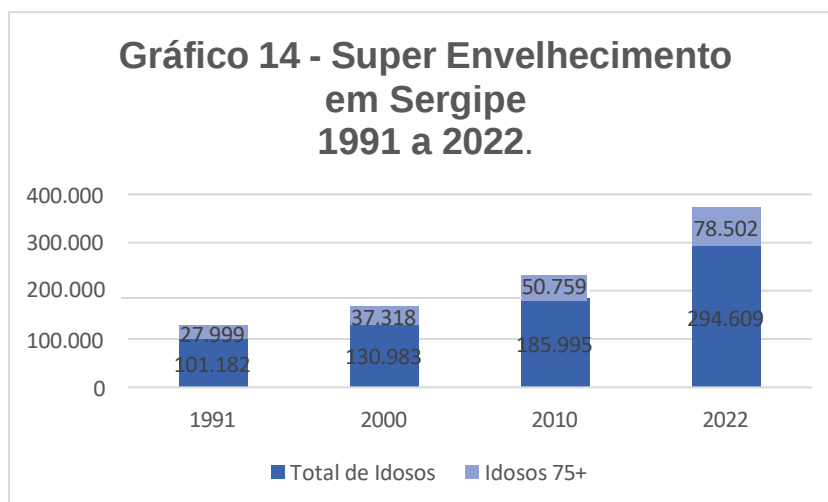
Cabe ressaltar que vivenciar o processo de envelhecimento e o aumento da expectativa de vida, traz como consequência a necessidade de considerar o aumento da esperança de vida entre os idosos, significa dizer que ao mesmo tempo que ápice da pirâmide, composta pela população idosa cresce, ele também envelhece. Os idosos passam a viver mais, e como consequência, alonga ainda mais o topo da pirâmide, e em Sergipe não tem sido diferente.

Este fenômeno é natural do processo de envelhecimento, classificado como sobre envelhecimento ou super envelhecimento, em resumo, se refere ao aumento da longevidade ou o aumento de idosos mais velhos dentro do próprio grupo.

De modo geral, esse cálculo é realizado especialmente em países desenvolvidos da seguinte forma, divide-se a população de 80 anos ou mais pela população de 65 ou mais, todavia, neste trabalho, consideramos idosa a população acima de 60 anos ou mais, sendo assim, realizamos o cálculo da seguinte forma, população de 75 anos ou mais dividida pela população de 60 anos ou mais. Para Camarano, Kanso e Mello (2004, p.25),

(...) a proporção da população “mais idosa”, ou seja, a de 80 anos e mais, também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo. Isso quer dizer que a população considerada idosa também está envelhecendo. Em 2000, esse segmento foi responsável por 12,6% do total da população idosa. Tais alterações levam a uma heterogeneidade do segmento populacional chamado idoso. Por exemplo, esse grupo etário abrange um intervalo de aproximadamente 30 anos. Compreende pessoas na faixa de 60 anos, que, pelos avanços tecnológicos da medicina, podem estar em pleno vigor físico e mental bem como pessoas na faixa de 90 anos, que devem se encontrar em situações de maior vulnerabilidade.

Considerando os parâmetros aqui utilizados, identificou-se que em Sergipe a população idosa tem vivido mais tempo, ou seja, tem apresentado números que indicam um super envelhecimento no estado, entre os anos de 1991 e 2022 (gráfico 9), houve um aumento significativo desse contingente populacional, cabe ressaltar que, a tendência é que nos próximos anos o percentual de super idosos continue aumentando e em um ritmo maior, uma vez que o envelhecimento no estado se iniciou de maneira tardia.



Fonte: IBGE, elaboração própria.

Tendo em vista o aumento da população idosa em diferentes contextos, é importante analisar e considerar os principais meios que possibilitem uma longevidade com qualidade de vida para os idosos.

Envolvendo não apenas a qualidade biológica, de saúde, mas também as condições sociais, no que engloba a participação e função social e as condições econômicas. As boas condições sociais e biológicas são, entre as várias condições, destaques, no que se refere a longevidade com qualidade para essa população, todavia, o condicionante financeiro se faz necessário com a garantia de renda.

Com a tendência do envelhecimento, emergem as necessidades das políticas públicas voltadas a este grupo, em especial os de combate às desigualdades. De acordo com Meneses (2014, p. 145),

[...] Así que en Sergipe como provincia brasileña y además ubicada en una región quizás con las más bruscas desigualdades socioeconómicas del país, la población no queda fuera de un contexto de pobreza y desigualdad social, aunque la misma se va reduciendo. Por lo tanto la cuestión de hacer frente a la pobreza y principalmente a la desigualdad es un reto que puede afectar allí los mayores. Esta situación está asociada a los problemas de la mala distribución de la renta.

No que se refere as condições econômicas e garantia de renda, a previdência social, tema central deste trabalho, coloca-se como importante agente de longevidade, uma vez que é um importante instrumento de combate às desigualdades, distribuição de renda e sustento de famílias no Brasil e em Sergipe, para Meneses (2014, p. 147), o combate às desigualdades e a pobreza passam pela garantia de renda a população idosa.

[...] queda muy evidente las disparidades entre los datos nacionales y los de la región Nordeste y Sergipe. Verifícase que sigue el patrón de otros indicadores ya presentados en este texto, donde Sergipe tiene mejor situación que la media de la región, pero por debajo de la media del país. Y como ya se ha mencionado la reducción de la pobreza, es un hecho en las últimas décadas y parece está muy relacionada a una política de transferencia de renta vía programas sociales como (...) a la ampliación de la cobertura de pensiones.

O combate às desigualdades e o acesso a renda por parte da população idosa é uma das mais importantes ferramentas que condicionam melhores condições de envelhecimento e bem-estar. Para Meneses (2014, p. 149),

[...] el grado de cobertura de las pensiones y jubilaciones y las ayudas sociales y teniendo en cuenta que estas garantizan por lo menos un sueldo mínimo para los mayores, queda claro la importancia de esta renta para la reducción de la pobreza entre los mayores, haciendo que obviamente la provisión de renta por parte del estado sea fundamental para la situación económica de los mayores.

O acesso a renda entre os idosos não se deve pautar em ofertas de emprego, mas, através do benefício previdenciário, ou seja, os idosos não devem fazer parte da população economicamente ativa, uma vez que, além do descanso necessário que poderá contribuir para melhores condições de vida e longevidade, quanto mais tempo o idoso esteja no mercado de trabalho, mais portas se fecham no mercado para os mais jovens. De acordo com Meneses (2014, p. 155),

[...] La mayor cobertura de pensiones y jubilaciones y las ayudas sociales, puede que estén influyendo en la reducción proporcional de la población mayor económicamente activa en la última década, lo que se supone que cambia la oferta de trabajo y afecta el nivel de ocupación de los demás grupos de edad, por ejemplo ayudando, en teoría, a reducir el nivel de desempleo.

Compreender as características de envelhecimento da população idosa possibilita planejar melhorias para essa nova demanda populacional, de modo que eles sejam realizados de forma mais eficaz, contribuindo assim para ampliar o bem-estar da população, em especial a população idosa.

Em Sergipe, as mudanças demográficas aqui apresentadas, destacam a tendência do envelhecimento demográfico e do rápido aumento da população idosa, fato que tem ocorrido na prática. Estando essas mudanças acompanhadas de diferentes consequências, que envolvem os âmbitos sociais, econômicos, culturais, políticos e espaciais, que por muitas vezes, não são tratadas como prioridade. As questões que envolvem esta grande transformação demográfica devem se fazer presentes nas agendas dos governos, tendo em vista que a longo prazo, esta tendência se tornará definitiva.

No que se refere ao acesso ao benefício previdenciário, visualizaremos a seguir a evolução desses benefícios em Sergipe e a sua relação direta com as condições de vida, em especial a longevidade com qualidade de vida da população.

4.2. Evolução dos benefícios previdenciários em Sergipe na última década

A universalização de direitos sociais e o aumento a ampliação do acesso a estes direitos, são uma das principais formas de se combater as desigualdades sociais no Brasil. A previdência social é, sem dúvida, a política de seguridade social que mais combate às desigualdades, em especial no que se refere a população idosa.

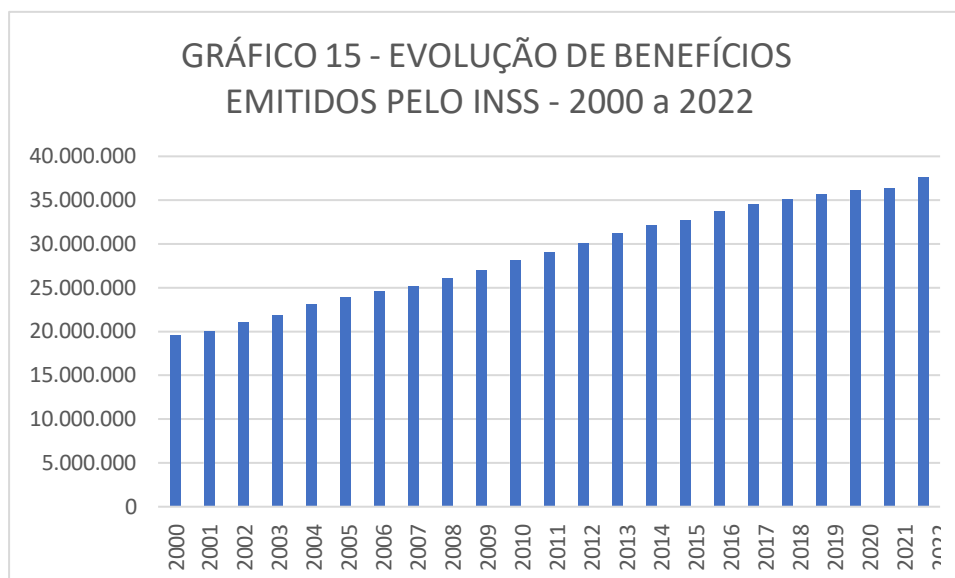
Em 1988, quando se universalizou e ampliou o acesso a previdência, as condições de vida para a população idosa foram transformadas, o novo Regime Geral da Previdência Social, ampliou o acesso aos benefícios, e contribuiu para que mais da metade da população idosa no Brasil tivesse acesso aos recursos previdenciários, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais. De acordo com Fagnani (2008, p. 04),

[...] mais de 80% dos idosos recebem aposentadoria ou pensão e, por conta disso, a taxa de incidência da pobreza nos grupos etários com mais de 65 anos é de apenas 10%. Sem os benefícios da seguridade mais de 70% dos idosos estariam abaixo da linha de pobreza.

É importante ressaltar que, para visualizarmos o acesso aos benefícios e sua evolução no Brasil, especialmente no estado de Sergipe, utilizaremos aqui os benefícios emitidos pela previdência social, na literatura previdenciária, há uma confusão de conceitos que assemelham benefícios concedidos e emitidos.

Os benefícios emitidos, são os benefícios já aprovados e ativos no Regime geral da previdência social (RGPS), enquanto isso, os benefícios concedidos, englobam os benefícios aprovados em um determinado período. De acordo com a nota técnica do Diesse (2019) Benefícios emitidos correspondem aos benefícios que se encontram ativos no sistema do RGPS. Já os benefícios concedidos são aqueles cujos requerimentos foram analisados e deferidos, ou seja, são os novos benefícios no sistema previdenciário.

A ampliação ao benefício previdenciário no Brasil tem ao longo do século sido acompanhado pelo aumento da expectativa de vida no Brasil, enquanto o acesso aos benefícios aumentou em 13 milhões de beneficiários entre 2006 e 2022 (Gráfico 15), a expectativa de vida no país, aumentou, no mesmo período aproximadamente 4 anos de vida, de 72,29 para 75,5.



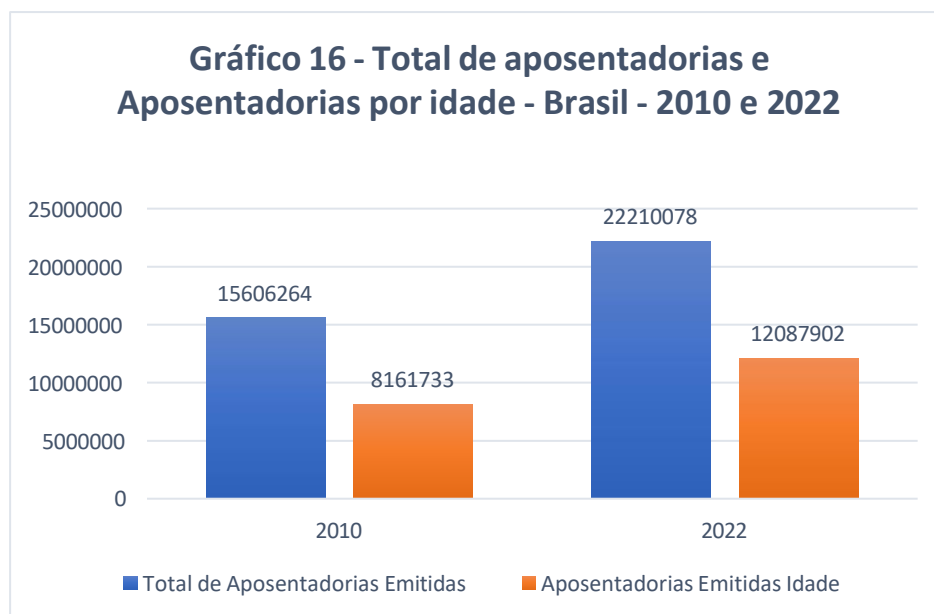
Fonte: Boletim estatístico da previdência social 2024, elaboração própria.

Devemos destacar também que, ao nos referirmos sobre os benefícios previdenciários do RGPS, nos referindo não apenas ao benefício previdenciário da aposentadoria por idade, mas envolve, além deste, os seguintes benefícios: Invalidez, Tempo de Contribuição, Pensões por Morte, Auxílios-Doença, Acidente, Reclusão, Salário-Maternidade e outros.

Esclarecidas as diferenças entre benefícios emitidos e concedidos, além dos tipos de benefícios por aposentadoria no RGPS, destaquemos que, para acompanharmos a evolução da política previdenciária em Sergipe no Séc. XXI e os benefícios emitidos no estado, e assim alcançarmos um dos objetivos da pesquisa, utilizamos o benefício previdenciário de aposentadoria por idade, uma vez que entendemos que este está diretamente ligado ao envelhecimento e condições que dialogam com esse processo e os debates levantados no decorrer desse trabalho quem envolvem as reformas previdenciárias com interferência do modelo de acumulação dominante e as mudanças na idade de aposentadoria.

Como mencionado no início do trabalho, no Brasil, o estatuto do idoso define que todo cidadão com 60 anos ou mais, é considerado idoso. Entretanto, as reformas previdenciárias ocorridas com mais veemência a partir dos anos 1990 com a inserção das políticas neoliberais no país, elevaram pouco a pouco a idade mínima e as condições para a aposentadoria, processos que interferem no envelhecimento e nas condições de vida dessa população.

O acesso ao benefício previdenciário da aposentadoria por idade no Brasil tornou-se fundamental, em especial para os trabalhadores que no decorrer da vida não tiveram acesso a direitos trabalhistas e consequentemente a contribuição previdenciária. Em 2010, este correspondia a 52,3% do quantitativo de aposentadorias emitidas no Brasil, e em 2022 a 54,43% (Gráfico 16), mais da metade desses benefícios.



Fonte: Boletim estatístico previdenciário 2010 e 2022. Elaboração própria.

No mesmo período em que o Brasil apresentou um acréscimo de 5% a mais de idosos em sua estrutura etária, a reforma previdenciária de 2019 – Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019 – aumentou a idade mínima de aposentadoria em 5 anos para homens e 7 anos para mulheres. Essa mudança tende a alterar o ritmo de benefícios concedidos por idade ano a ano e consequentemente a quantidade de emitidas, para um ritmo menor.

Visto que o Brasil é um país marcado por desigualdades sociais e regionais, há uma variação na quantidade de benefícios emitidos por idade nas regiões do Brasil. Uma vez que, o processo histórico de industrialização e urbanização, concentrados nas regiões sudeste e sul do país, rebatem numa maior quantidade de trabalhadores urbanos nas mencionadas regiões, e um menor quantitativo de trabalhadores rurais. Regiões com menor desenvolvimento urbano-industrial ou com um desenvolvimento tardio em relação as mais desenvolvidas, apresentam

maior grau de informalidade no trabalho, que, repercute nos fatores previdenciários, resultado das desigualdades encontradas entre as regiões brasileiras. De acordo com a ANFIP/DIEESE (2017, p. 33),

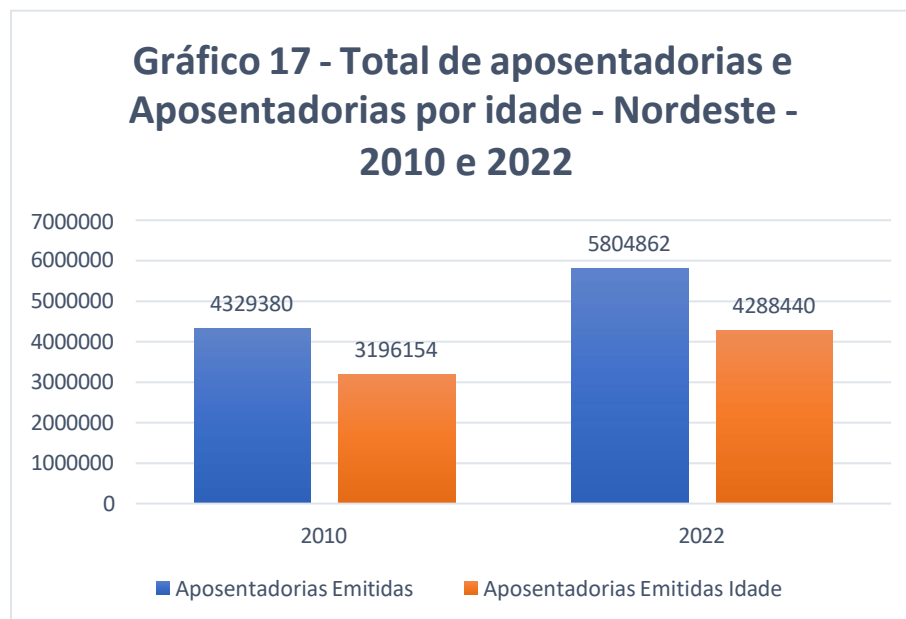
[...] As diferenças dos graus de informalidade apresentadas pelas 27 Unidades da Federação são muito acentuadas. De um lado, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal apresentam graus de informalidade iguais ou inferiores a 40,0%. De outro lado, Piauí, Maranhão e Tocantins exibem informalidade no mercado de trabalho superior a 70,0%. 22 Unidades da Federação assinalam informalidade superior à registrada na média do país.

A informalidade é um dos fatores que contribuem para que as aposentadorias em áreas com maior desenvolvimento urbano-industrial apresentem maior quantitativo de aposentadorias por tempo de contribuição em relação as aposentadorias por idade. maior quantidade de trabalhadores rurais em comparação a elas.

Além da informalidade no que se refere ao trabalho urbano e rural, o maior percentual de trabalhadores rurais nas regiões menos desenvolvidas do país, em especial a região Nordeste, contribuem para que nesta região e seus respectivos estados, as aposentadorias por idade sejam a maioria no somatório das jubilações (gráfico 17). No caso dos trabalhadores rurais, isso ocorre pelo fato desses trabalhadores iniciarem o trabalho no campo com idade inferior a 14 anos, ou seja, num período da vida que fazem parte da base da pirâmide etária e não estão na PEA (População economicamente ativa). De acordo com a ANFIP/DIEESE (2017, p. 37),

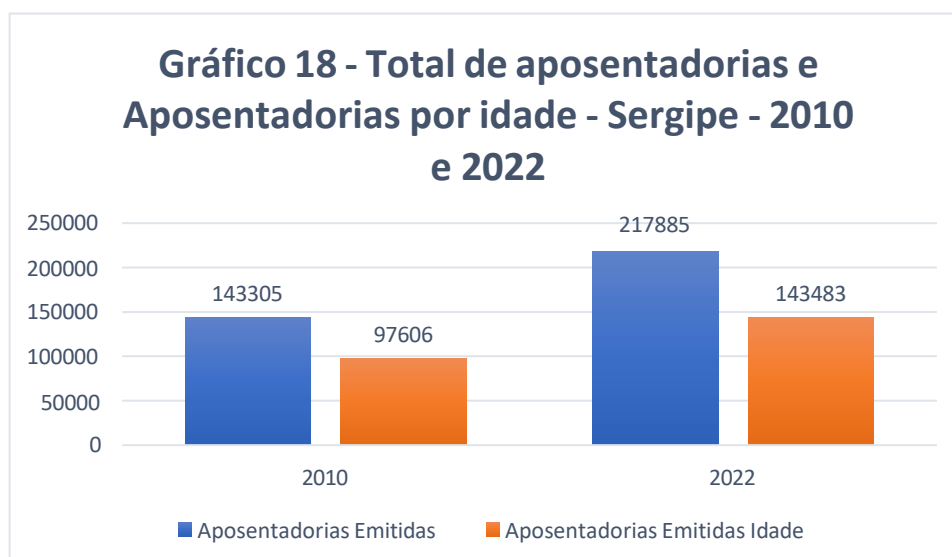
[...] O trabalho infantil ocorre majoritariamente em áreas rurais. Segundo a Pnad-IBGE, das 5,5 milhões de crianças entre cinco e 14 anos com domicílio rural, 479 mil estavam ocupadas, ou seja, cerca de 8% do total; por outro lado, das 25 milhões de crianças da mesma faixa etária com domicílio urbano, 418 mil, ou 1,6% do total, tinham ocupação. Em 2014, 78,2% dos homens e 70,2% das mulheres ocupadas disseram que começaram a trabalhar antes dos 15 anos. Na cidade, esses valores eram muito inferiores – 45,3% e 34%, respectivamente. Ou seja, o trabalho infantil em áreas rurais ainda é a regra para as gerações que estão ocupadas hoje.

Desta forma, a região Nordeste apresenta um maior percentual de aposentadorias por idade em relação à média das regiões com maior desenvolvimento urbano-industrial.



Fonte: Boletim estatístico previdenciário 2010 e 2022. Elaboração própria.

Na região Nordeste, do total de aposentadorias emitidas, em 2010, 73,82% foram por idade e em 2022, 73,88%, um percentual muito acima da média nacional, motivados pelos fatores mencionados anteriormente. Esta é uma tendência regional que alcança os seus respectivos estados, em Sergipe, a maioria das aposentadorias emitidas também são por idade (gráfico 18), das aposentadorias emitidas em 2022, 65,85% delas foram emitidas por idade.



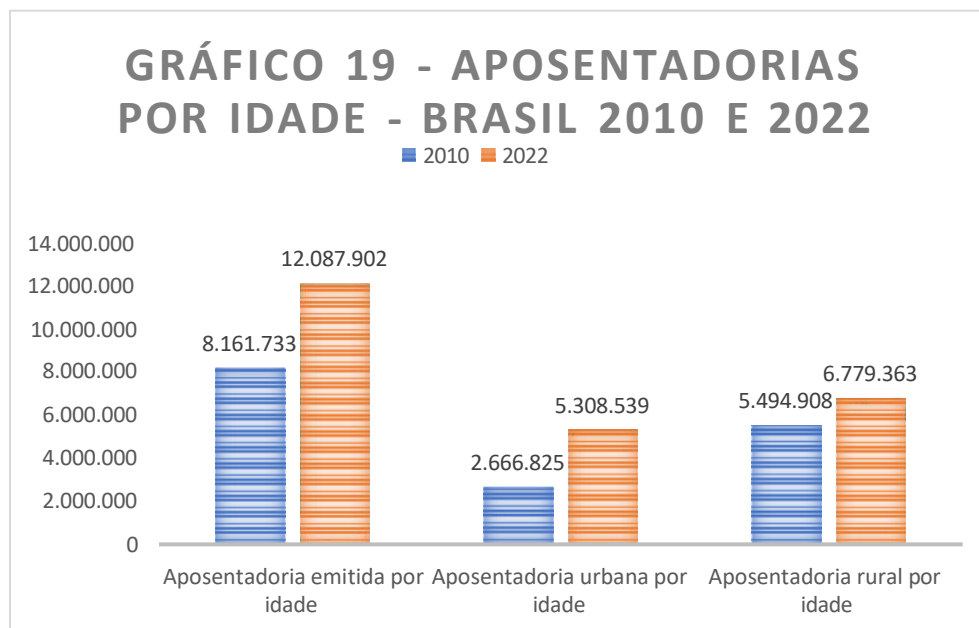
Fonte: Boletim estatístico previdenciário 2010 e 2022. Elaboração própria.

Mesmo que o estado de Sergipe nos últimos 50 anos tenha apresentado um aumento da sua população urbana e um significativo desenvolvimento urbano, sendo de acordo com Meneses (2014), um processo rápido em comparação aos demais estados do Nordeste e mais lento em comparação ao restante do país. Apesar disso, os fatores destacados para as regiões menos desenvolvidas ainda são razões que pesam para predominância de emissões de aposentadorias por idade, em especial a informalidade e o trabalho rural, que, como já mencionado, por décadas não foi atrelado a direitos trabalhistas e comprovação de tempo de trabalho.

Para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a emissão de benefícios também pode ser visualizada por clientela, sendo divididas em urbano e rural. O fator clientela apresenta-se como divisor de águas na emissão de aposentadorias por idade e quando posta na prática nos indica as desigualdades sociais, regionais e trabalhistas no país.

Ademais, a previdência ao alcançar não apenas trabalhadores urbanos, mas também os rurais, fortalecem ainda mais como agente de combate às desigualdades, em especial nas regiões e estados menos desenvolvidos, como é o caso de Sergipe. De acordo com a ANFIP/DIEESE (2017, p. 36) “Do ponto de vista da redução da pobreza e da proteção social à velhice no campo, pode-se dizer que a expansão da Previdência rural de 1993 a 2014 tornou quase residual a pobreza rural”.

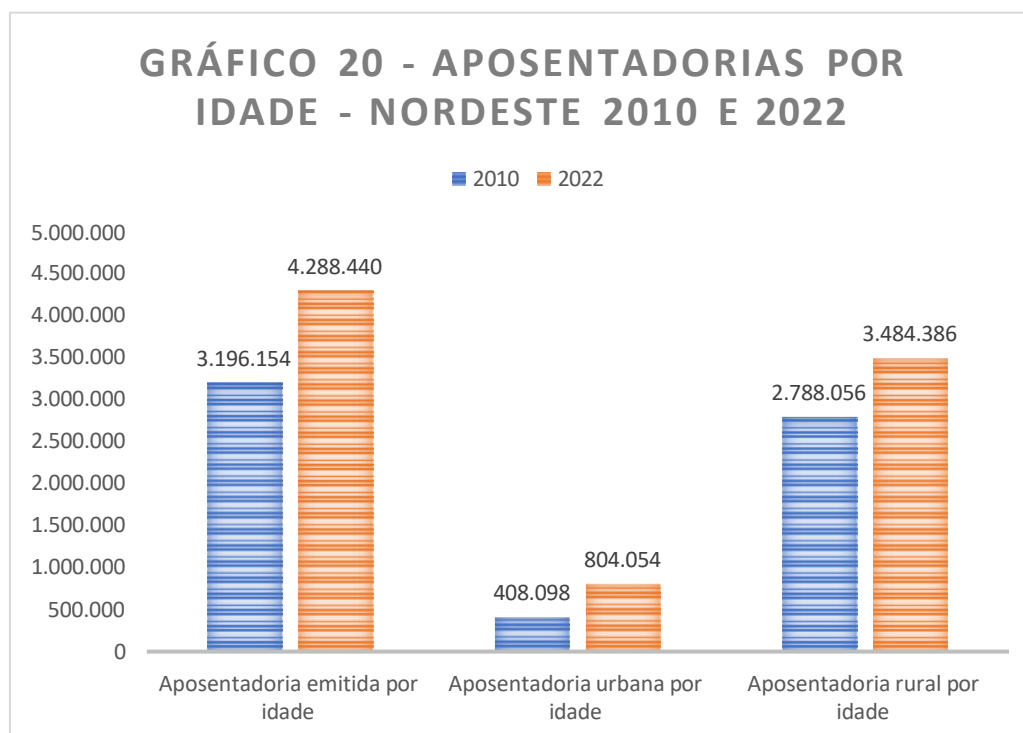
A exclusão de direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores rurais interferiram na comprovação de tempo de contribuição desses trabalhadores, os obrigando a se aposentar predominantemente pela idade, desta forma, o número de trabalhadores rurais é maior em todo país no que se refere a emissão de aposentadorias por idade (gráfico 19). De acordo com o boletim estatístico previdenciário, apesar o significativo aumento de aposentadorias urbanas por idade nos últimos 12 anos, os benefícios rurais ainda são maioria, esse aumento nas áreas urbanas, envolvem o fator informalidade, mencionado anteriormente.



Fonte: Boletim estatístico previdenciário 2010 e 2022. Elaboração própria.

Cabe ressaltar que, reformas previdenciárias que indicam o aumento da idade mínima de aposentadoria, em países desiguais como o Brasil, tendem a ser mais prejudiciais para áreas menos desenvolvidas, que apresentam expectativa de vida menor, como é o caso do Nordeste e do estado de Sergipe. Isso ocorre uma vez que, a menor expectativa de vida em relação a outras regiões e a média nacional, revelam na prática mais tempo de trabalho e menos tempo de gozo da aposentadoria.

Além disso, causa efeitos diretos para os trabalhadores rurais que não conseguiram, por fatores aqui já mencionados, comprovar tempo de trabalho e contribuição. Este pode ser considerado para o Nordeste e Sergipe, um dos mais importantes fatores, na região Nordeste, das aposentadorias emitidas por idade (gráfico 20), em 2010, 87% eram rurais, em 2022, houve uma pequena queda desse percentual, todavia, ainda continua sendo uma parcela significativa, que alcançam 81,25%.



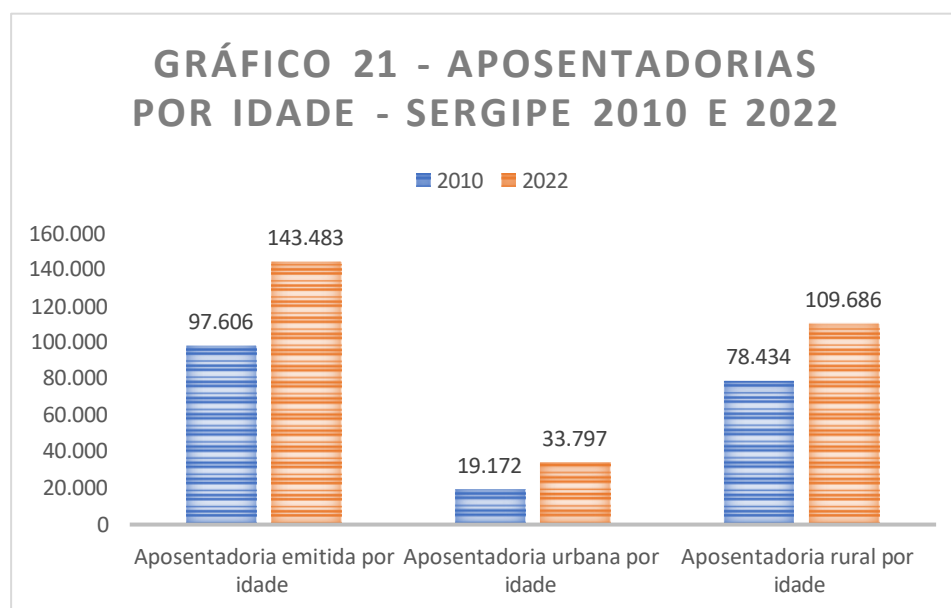
Fonte: Boletim estatístico previdenciário 2010 e 2022. Elaboração própria.

O aumento da cobertura previdenciária no Nordeste, acompanha um aumento, menos que abaixo da média nacional, da expectativa de vida. Todavia, as mudanças nas regras previdenciárias e o aumento do tempo de trabalho, impactam diretamente questões no que se refere ao envelhecimento, especialmente no que se refere a expectativa de vida saudável, uma vez que, o aumento do trabalho tende a elevar os riscos de saúde para a população idosa.

O estado de Sergipe segue uma tendência de envelhecimento que, apesar de superior à média regional, ainda está abaixo da média nacional. Desta forma, bem como no Brasil e no Nordeste, os recursos previdenciários apresentam-se como fundamentais nas condições de vida da população. Um fator importante no que se refere emissão de aposentadorias por idade no estado, que interfere na população idosa, no envelhecimento e no super envelhecimento, é a espacialização desse benefício.

No que se refere a clientela, os benefícios rurais no grupo aposentadoria por idade, corresponderam em 2010 a 80% das emissões (gráfico 21), e em 2022, uma pequena redução, para 76,45%, neste mesmo período, a população sergipana elevou sua expectativa de vida em aproximadamente 4 anos. Além disso, o super envelhecimento no estado também obteve um aumento, com uma

inserção de aproximadamente 25 mil idosos com 75 anos ou mais, sendo que, de acordo com a PNAD (2011), aproximadamente recebiam o benefício previdenciário, cabe ressaltar que este, não se refere apenas a previdência pública nacional, mas também, o regime próprio do estado.



Fonte: Boletim estatístico previdenciário 2010 e 2022. Elaboração própria.

Em Sergipe, de acordo com Santos (2023), “Nos últimos 30 anos a população idosa sergipana passou a ser menos dependente de terceiros” resultando numa menor dependência e vulnerabilidade. Essas são condições do perfil do idoso sergipano que são efeitos diretos do acesso a importantes direitos sociais, a exemplo da previdência. Santos (2023, p. 11 e 12) afirma que o aumento dos idosos e não é algo casual, mas está atrelada a importantes fatores.

[...] Tais mudanças podem ser atribuídas a melhoria nas Leis de trabalho, a exemplo da diminuição de carga horária, direito a férias e especialmente direito à aposentadoria, garantia de renda que permite uma maior independência para população idosa, que em muitos casos, os tornam chefes de família. A aposentadoria, por exemplo, ao garantir acesso a recursos financeiros para esse grupo populacional, contribui para melhores condições de acesso a cuidados pessoais que são fundamentais para longevidade. Além disso, os recursos financeiros, apesar das desigualdades existentes no país, podem contribuir, por exemplo, para um maior acesso aos tratamentos de saúde.

Além disso, o acesso da população idosa ao benefício previdenciário da aposentadoria por idade não apenas aplica o um acesso garantindo alicerce para

melhores condições de vida, mas, rebatem nas condições de vida de outros grupos etários, especialmente no que se refere a circulação e redistribuição de renda. Em estados que predominam municípios com populações pequenas e economias menos dinâmicas, o recurso previdenciário é um motor econômico para vários municípios e regiões, para a ANFIP/DIEESE (2017, p. 37),

[...] impacto da Previdência rural não se limita às famílias que a recebem: ele se estende a toda população do campo. Tais estimativas dialogam com os efeitos das rendas previdenciárias rurais sobre a economia de pequenas cidades – com menos de 50 mil habitantes –, que representam 88% do total de municípios do país.

Desta forma, observa-se o recurso previdenciário da aposentadoria quem vai além da melhoria de vida da população idosa, mas, que reflete na população de modo geral. Por fim, cabe ressaltar que o fator migratório em Sergipe para sua sub-região mais desenvolvida, a grande Aracaju, um fator que aumenta a importância da aposentadoria por idade no estado, tendo em vista que, a migração para área mais desenvolvida do estado acelera um índice de envelhecimento nas áreas menos desenvolvidas e a renda previdenciária ganha maior destaque.

Em suma, a previdência por idade em regiões e estados com maior vulnerabilidade social, são fundamentais para a garantia de condições mínimas que possam proporcionar qualidade de vida, entretanto, reformas previdenciárias pautadas nas políticas neoliberais que propõem aumento dessa idade, afetam diretamente essas áreas, como é o caso de Sergipe, isso ocorre especialmente pelo fator expectativa de vida, uma vez que um estado ou região apresentam expectativa de vida abaixo da média nacional, tais reformas, na prática, fazem com que os idosos possam usufruir menos tempo do benefício previdenciário do que os idosos em regiões com expectativa de vida maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a relevância do tema proposto nessa pesquisa, entendemos que o envelhecimento e a vida da população idosa com qualidade passam, entre outros fatores, pela garantia de direitos sociais, sendo um dos mais importantes, a garantia de renda através do benefício previdenciário da aposentadoria.

Ao se debater este fenômeno, levamos em consideração alguns aspectos que o circundam, abordamos inicialmente que as políticas sociais são diretamente afetadas pela conjuntura neoliberal, no qual o Estado apresenta-se como forma política da reprodução e acúmulo de capital, intermediando através dos seus interesses a agenda das políticas públicas e o direcionamento do fundo público, priorizando a demandas do mercado e restringindo os atendimentos das necessidades sociais.

Acerca do envelhecimento identificamos que este é um processo atual e de grande influência socioespacial e econômica em diferentes escalas, seja na mundial, nacional, regional ou local. A tendência do envelhecimento, envolve a relevância de priorizar a nova realidade social no país, considerando as novas configurações espaciais, novos arranjos familiares e demográficos, que apresentam novos desdobramentos, no desafio para se construir condições favoráveis a um envelhecimento mais justo, contribuindo para a criação e fomento de políticas públicas para população idosa e por conseguintes melhores condições materiais de vida. Neste sentido, analisar o envelhecimento, é compreender que a necessidade de acesso a políticas públicas, na prática colaboram com o aumento da qualidade e esperança de vida da população.

Em Sergipe, área de estudo que nos propomos a pesquisar, o envelhecimento segue apresentando ampliação em seus diversos níveis, manifestando algumas semelhanças com a tendência nacional, a exemplo do aumento da expectativa de vida, da predominância desse fenômeno. Todavia, apresenta algumas singularidades, como a influência da migração na espacialização do envelhecimento no estado, que rebate num significativo percentual de idosos em áreas mais distantes da sua região mais desenvolvida e em áreas rurais.

Para além disso, constatamos que, em Sergipe, assim como no Brasil, a população idosa tem vivido mais, com aumento progressivo não apenas no índice de

envelhecimento, mas para além disso, no seu índice de superenvelhecimento, resultando num maior número de idosos acima de 75 anos.

No que se refere a previdência social, política debatida nesta pesquisa devido a sua dimensão nas condições de vida não apenas da população idosa, mas da população em geral, especialmente em regiões mais pobres, uma vez que esta apresenta-se como agente de combate às desigualdades sociais. A política previdenciária apresenta-se como ferramenta de combate às desigualdades, tendo em vista que colabora com a redução da pobreza não apenas entre os idosos, mas entre os jovens.

A ampliação da política previdenciária após a constituição de 1988, provocou um aumento progressivo do número de beneficiários e posteriormente na diminuição da pobreza. De acordo com o IPEA (2022), a taxa de pobreza seria aproximadamente 15% maior sem os recursos previdenciários. Segundo o Instituto Nacional de Seguridade Social (2023), o nível de pobreza da população brasileira é afetado significativamente pelas aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social.

Para alcançar os objetivos da presente pesquisa, foram realizados levantamentos de dados da previdência social através do seu boletim estatístico anual nos anos de 2010 e 2022, uma vez que não foi possível encontrar dados referentes aos anos dos censos demográficos anteriores, 2000 e 1991, neste sentido, buscou-se dados do IPEA de anos anteriores que pudessem contribuir para o alcance dos objetivos propostos, que foram parcialmente alcançados.

Utilizou-se as aposentadorias emitidas por idade como benefício principal, considerando que entre as aposentadorias emitidas no Brasil, 54,45%, são por idade. Além disso, este é o benefício que se relaciona mais intrinsecamente ao ápice da pirâmide e tende a ser diretamente afetado pelas reformas previdenciárias, em especial quando se há aumento da idade mínima para aposentadoria.

No que se refere a previdência social no Brasil, as aposentadorias por idade, há significativas particularidades regionais no acesso ao benefício, visto que, a média nacional da distribuição dessa aposentadoria destina-se a trabalhadores urbanos, em especial, nas regiões mais desenvolvidas, as quais a aposentadoria por tempo de contribuição é mais relevante, particularmente por apresentar menores áreas rurais e significativo desenvolvimento urbano-industrial.

Neste sentido, constatamos que, em Sergipe, assim como na Região Nordeste como um todo, a maior parte das aposentadorias concedidas pela previdência

pública são majoritariamente por idade e sobretudo quando se observa a população rural. Desta forma, a população rural, que vem tendo acesso a esse benefício por idade acaba sendo a mais afetada com o aumento da idade mínima para aposentadoria, que pode influenciar diretamente nas condições de saúde e vida dessa população.

Por fim, concluímos que a política previdenciária deve ser priorizada nas agendas governamentais, uma vez que o envelhecimento segue como tendência para as próximas décadas. Além disso, ressaltamos que, utilizar dados nacionais para redefinir regras de idade para aposentadoria, refletirá nas condições de vida da população, em especial nas regiões e estados mais pobres, como é o caso de Sergipe. De modo que as reformas previdenciárias podem contribuir para ampliar as desigualdades regionais que já são tão acentuadas no país.

REFERÊNCIAS

AEPS. **Anuário Estatístico da Previdência Social/Ministério da Previdência Social, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Ano 1 (1988/1992)** – Brasília : MPS/DATAPREV - 1993. 2010.

AEPS. **Anuário Estatístico da Previdência Social/Ministério da Previdência Social, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Ano 1 (1988/1992)** – Brasília : MPS/DATAPREV - 1993. 2009.

ANFIP, A. N. DOS A. F. DA R. F. DO B.; DIEESE, D. I. DE E. E E. S. **Previdência:**

BRASIL. **Boletim Estatístico da Previdência Social – Região Nordeste** – Vol. 06 No 02. 2013

BRASIL. **Boletim Estatístico da Previdência Social – Região Nordeste** – Vol. 06 No 02. 2013

BRASIL. **Boletim Estatístico da Previdência Social - secretaria de políticas de previdência social coordenação-geral de estatística, demografia e atuária– Vol. 27 N 12. 2022.**

BRASIL. **ESTATUTO DA PESSOA IDOSA Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA. 2022

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Previdência social: Coleção Previdência social, séries debates: workshop “Previdência, Assistência Social e Combate a Pobreza”.** Brasília, MPAS, 2000.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil.** Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul/dez.2017.

BRITO, Fausto. **Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil.** R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008

CAMARANO, A.; PASINATO, M. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?**, p. 253–292, 2004.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos./ ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Previdência: reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira** - Brasília: DIEESE/ ANFIP; 2017 48p. Disponível em : <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec210aposentadoriaEspecial/index.html?page=15>

FAGNANI, Eduardo. **Previdência social e desenvolvimento econômico.** IE/UNICAMP, Campinas, n. 140, fev. 2008.

FRANÇA, Á. S. DE. **A previdência social e a economia dos municípios.** [s.l: s.n.].

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

IBGE – Censos demográficos 1970/2010- Proyección de la población de Brasil y Unidades de la Federación por sexo y edad para el período 2000-2030 Coordinación de Población y Indicadores Sociales. Gerência de Estudos y Análisis de la Dinámica Demográfica. Elaboración propia.*Proyección. Acessado: Tese de doutorado: ENVEJECIMIENTO POBLACIONAL EN SERGIPE EN UNA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

J.O. Souza; J.S.Rosa. **O IDOSO COMO PROVEDOR: uma análise da atual situação financeira das famílias sustentadas pela pessoa idosa**. X CONEPE: sociedade tecnológica – conexões para além da conectividade, novembro, 2023. ISSN 2525.975X

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 132 p.

MENESES, N. S. (2012). **Aspectos da Redução da Fecundidade em Aracaju**. *Scientia Plena*, 8(6). Recuperado de <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/850>

MENESES, Neilson S. . **ASPECTOS DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DO IDOSO SERGIPANO E DEMANDA POR POLITICAS PÚBLICAS**. In: VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2016, Foz de Iguaçu. ANAIS DO VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2016. v. 1. p. 1-14.

MENESES, N. S. **ENVEJECIMIENTO POBLACIONAL EN SERGIPE EN UNA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA**. Tese de Doutorado, apresentado UNIVERSIDAD DE ZARAGOZA FACULTAD DE FILOSOFIA Y LETRAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFÍA Y ORDENACIÓN DEL TERRITORIO. 2014. p. 1-233.

MENESES, N. S. **Transformações Demográficas e o Processo de Envelhecimento da População Sergipana**. *Scientia Plena* 8, 015401 (2012)

MENESES, NEISLON S. **Patrones Espaciales del Envejecimiento Poblacional en La Provincia De Sergipe**. Texto Didático, 2015.

MOREIRA, M. de M. (1998). **O envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência**. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 15(1), 79–94.

MOREIRA, Morvan de Melo. **O Novo Padrão Demográfico e as Consequências Sócio-Econômicas da Transição Demográfica na Amazônia Brasileira. Seminário Populações Amazônicas: tendências recentes e perspectivas**. Instituto de Pesquisas sobre a Amazônia - Fundação Joaquim Nabuco. Manaus, 18-20 de Novembro de 1996.

OLIVEIRA, F. DE. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 18, p. 43–63, 1993.

PARADA. L. **Políticas públicas**; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v. ISBN 85-256-0052-0

Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v. Capítulo I: **Política y políticas públicas**. Eugenio Lahera Parada. p. 67-96.

Population Of Brazil – 1970 e 2023. Acesso: <https://www.populationpyramid.net/brazil/2023/>

Projeções Populacionais. Acesso: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/as-projecoes-populacionais-da-onu-indicam-a-retomada-do-aumento-da-expectativa-de-vida/reformar-para-excluir?> p. 48, 2017.

Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 02, p. 57-63, mar.-abr. 1995. IBGE, **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro, 1970 e 2010

SALVADOR, E. Fundo Público e o Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, v. 14, n. 2, p. 4–22, 2012.

SANTOS, Markston Suelykovyk da Silva Soares; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; MENESES, Neilson, Santos e FRANÇA, Silas Rodrigues dos Santos. .**PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E DEMANDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS IDOSOS SERGIPANOS**. V Enepcp. Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas volume 5, 2023.

SANTOS, Silas R; MENESES, Neilson S. **Demandas e Políticas Públicas Para Idosos nos Diferentes Territórios de Planejamento em Sergipe**. Programa de Institucional de bolsa e iniciação científica (PIBIC) – COPES/UFS. p. 33. 2017.

SCHMIDT, João Pedro. Para Estudar Políticas Públicas: Aspectos Conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, set/dez. 2018.

SILVA, Gissele Souza . **Fundo Público e Políticas Sociais: o trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. 2011.

SILVA, Gissele Souza. **POLÍTICAS SOCIAIS E FUNDO PÚBLICO NA CONTEMPORANEIDADE: RECURSOS DA CLASSE TRABALHADORA NAS MÃOS DO CAPITAL**. Conexão Política, Teresina, v. 2, n. 2, 119-137, ago./dez., 2013

SILVA, Gissele Souza. **Transferência de Renda e Capital Portador de Juros: uma insidiosa captura**. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2010.

SILVA, M. L. L. DA. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro TT - Counter reformation of Social Security under financial capital command. **Serviço Social & Sociedade**, n. 131, p. 130–154, 2018.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, CELINA. Políticas Públicas, uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

THEODORO, M.; DELGADO, G. Política Social: Universalização Ou Focalização – Subsídios Para O Debate. **Políticas Sociais - Acompanhamento E Análise**, p. 122–126, 2003.

United Nations (2015). Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/envelhecimento-transicao-demografica>

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. **Transição demográfica: a experiência brasileira**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 21(4):539-548, out-dez 2012.

ANEXOS

Gráfico 22 - QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS DO RGPS EMITIDOS - 2006 A 2022

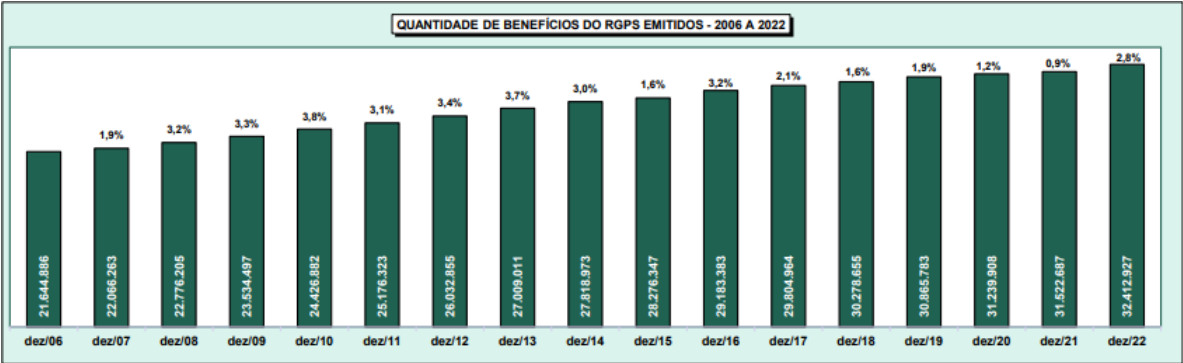


Gráfico 23 - QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS POR CLIENTELA - 2006 A 2022

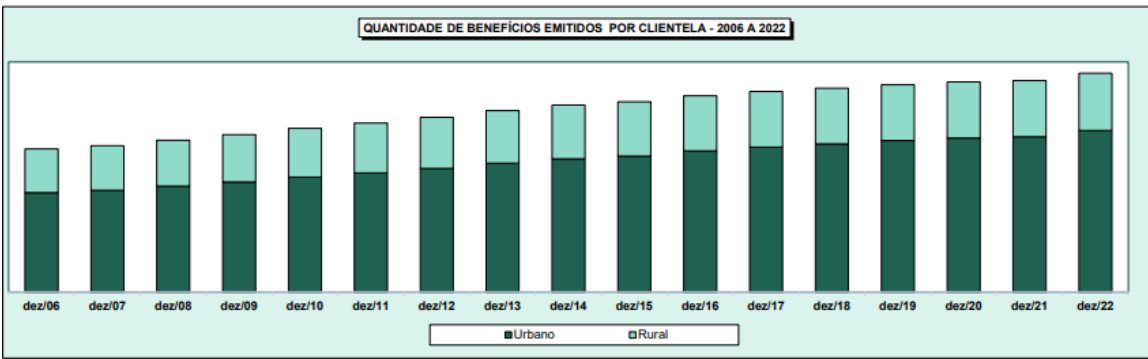


Tabela 04 - Quantidade de benefícios emitidos, por clientela, segundo os grupos de espécies - Posição em dezembro - 2008/2010

GRUPOS DE ESPÉCIES	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS								
	Total			Clientela					
				Urbana			Rural		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
TOTAL	26.095.625	27.048.356	28.141.263	18.193.776	18.906.230	19.763.710	7.901.849	8.142.126	8.377.553
BENEFÍCIOS DO RGPS	22.776.205	23.534.497	24.426.882	15.037.669	15.538.579	16.180.688	7.738.536	7.995.918	8.246.194
Previdenciários	21.972.664	22.736.409	23.598.754	14.262.265	14.770.874	15.384.697	7.710.399	7.965.535	8.214.057
Aposentadorias	14.453.455	15.076.295	15.606.264	8.884.308	9.311.016	9.662.189	5.569.147	5.765.279	5.944.075
Tempo de Contribuição	4.117.972	4.316.779	4.486.698	4.105.329	4.302.549	4.471.358	12.643	14.230	15.340
Idade	7.500.092	7.856.916	8.161.733	2.374.688	2.537.629	2.666.825	5.125.404	5.319.287	5.494.908
Invalidez	2.835.391	2.902.600	2.957.833	2.404.291	2.470.838	2.524.006	431.100	431.762	433.827
Pensão por Morte	6.274.676	6.457.846	6.631.064	4.278.743	4.405.871	4.527.306	1.995.933	2.051.975	2.103.758
Auxílios	1.188.984	1.130.431	1.288.126	1.059.729	999.906	1.138.452	129.255	130.525	149.674
Doença	1.144.696	1.078.270	1.229.261	1.025.686	959.086	1.091.864	119.010	119.184	137.397
Reclusão	22.377	26.645	29.467	19.500	23.568	26.284	2.877	3.077	3.183
Acidente	21.911	25.516	29.398	14.543	17.252	20.304	7.368	8.264	9.094
Salário-Maternidade (1)	54.552	71.166	72.763	38.488	53.410	56.213	16.064	17.756	16.550
Outros	997	671	537	997	671	537	-	-	-
Salário-Família	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abono de Permanência	862	552	436	862	552	436	-	-	-
Vantagem de Servidor	135	119	101	135	119	101	-	-	-

Tabela 05 - Valor de benefícios emitidos, por clientela, segundo os grupos de espécies - Posição em dezembro - 2008/2010

GRUPOS DE ESPÉCIES	VALOR DE BENEFÍCIOS EMITIDOS (R\$ Mil)								
	Total			Clientela					
				Urbana			Rural		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
TOTAL	15.205.539	17.124.126	19.336.203	12.181.513	13.660.404	15.469.082	3.024.026	3.463.722	3.867.120
BENEFÍCIOS DO RGPS	13.817.824	15.478.384	17.429.677	10.861.497	12.082.568	13.629.451	2.956.327	3.395.816	3.800.225
Previdenciários	13.384.368	15.016.380	16.903.242	10.437.922	11.632.387	13.116.658	2.946.446	3.383.993	3.786.584
Aposentadorias	9.173.168	10.370.848	11.615.508	7.043.533	7.919.727	8.874.702	2.129.636	2.451.121	2.740.806
Tempo de Contribuição	4.360.662	4.849.277	5.406.702	4.352.989	4.840.263	5.396.390	7.672	9.014	10.311
Idade	3.247.331	3.764.016	4.252.312	1.291.666	1.506.661	1.723.394	1.955.665	2.257.355	2.528.918
Invalidez	1.565.176	1.757.555	1.956.494	1.398.877	1.572.803	1.754.917	166.298	184.752	201.577
Pensão por Morte	3.367.458	3.800.254	4.261.156	2.605.047	2.929.266	3.291.605	762.411	870.988	969.551
Auxílios	822.895	814.985	992.814	773.611	759.516	923.078	49.283	55.469	69.736
Doença	803.890	790.803	963.197	757.345	738.673	897.385	46.545	52.129	65.812
Reclusão	11.359	14.496	17.512	10.166	13.091	15.914	1.193	1.405	1.598
Acidente	7.646	9.686	12.105	6.100	7.752	9.779	1.545	1.934	2.326
Salário-Maternidade (1)	20.449	29.997	33.498	15.334	23.582	27.008	5.115	6.415	6.491
Outros	397	297	266	397	297	266	-	-	-
Salário-Família	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abono de Permanência	373	274	247	373	274	247	-	-	-
Vantagem de Servidor	24	23	19	24	23	19	-	-	-

Tabela 06 – Benefícios emitidos pelo INSS, por clientela, segundo os grupos de espécie - 2022

GRUPOS DE ESPÉCIES	QUANTIDADE						
	Total	% do total	% do grupo	% do sub-grupo	Variação em relação ao mês anterior (em %)	Clientela	
						Urbana	Rural
TOTAL	37.623.966	100,00			0,18	27.759.392	9.864.574
BENEFÍCIOS DO RGPS	32.412.927	86,15	100,00		0,11	22.581.352	9.831.575
Previdenciários	31.635.687	84,08	97,60	100,00	0,11	21.830.779	9.804.908
Aposentadorias	22.210.078	59,03	68,52	70,21	0,19	14.950.648	7.259.430
Idade	12.087.902	32,13	37,29	38,21	0,31	5.308.539	6.779.363
Invalidez	3.261.046	8,67	10,06	10,31	-0,10	2.805.985	455.061
Tempo de Contribuição	6.861.130	18,24	21,17	21,69	0,12	6.836.124	25.006
Pensões por Morte	8.193.454	21,78	25,28	25,90	0,06	5.778.747	2.414.707
Auxílios	1.163.764	3,09	3,59	3,68	-0,98	1.038.142	125.622
Doença	998.040	2,65	3,08	3,15	-1,12	897.646	100.394
Acidente	145.849	0,39	0,45	0,46	0,71	122.010	23.839
Reclusão	19.875	0,05	0,06	0,06	-5,92	18.486	1.389
Salário-Maternidade	68.342	0,18	0,21	0,22	-1,70	63.193	5.149
Outros ⁽¹⁾	49	0,00	0,00	0,00	-	49	-

Tabela 07 - BENEFÍCIOS DO RGPS EMITIDOS, POR CLIENTELA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2022

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE					
	Total	% do total	Variação em relação ao mês anterior (%)	Clientela		% client. rural sobre total
				Urbana	Rural	
BRASIL	32.412.916	100,00	0,11	22.581.341	9.831.575	30,33
NORTE	1.543.577	4,76	0,22	598.084	945.493	61,25
Rondônia	218.249	0,67	0,10	76.671	141.578	64,87
Acre	70.735	0,22	0,08	23.288	47.447	67,08
Amazonas	255.367	0,79	0,32	133.358	122.009	47,78
Roraima	34.196	0,11	0,12	13.134	21.062	61,59
Pará	743.253	2,29	0,24	274.786	468.467	63,03
Amapá	39.776	0,12	0,20	17.622	22.154	55,70
Tocantins	182.001	0,56	0,26	59.225	122.776	67,46
NORDESTE	8.333.893	25,71	0,19	3.414.520	4.919.373	59,03
Maranhão	1.001.061	3,09	0,18	194.909	806.152	80,53
Piauí	605.597	1,87	0,22	169.630	435.967	71,99
Ceará	1.331.449	4,11	0,19	514.475	816.974	61,36
Rio Grande do Norte	514.529	1,59	0,04	240.562	273.967	53,25
Paraíba	651.570	2,01	0,05	281.842	369.728	56,74
Pernambuco	1.271.596	3,92	0,01	669.335	602.261	47,36
Alagoas	443.021	1,37	0,13	240.026	202.995	45,82
Sergipe	319.941	0,99	0,15	163.223	156.718	48,98
Bahia	2.195.129	6,77	0,37	940.518	1.254.611	57,15
SUDESTE	14.646.516	45,19	0,06	12.797.220	1.849.296	12,63
Minas Gerais	3.786.953	11,68	0,16	2.700.252	1.086.701	28,70
Espírito Santo	619.872	1,91	0,19	426.747	193.125	31,16
Rio de Janeiro	2.687.365	8,29	-0,06	2.617.289	70.076	2,61
São Paulo	7.552.326	23,30	0,04	7.052.932	499.394	6,61
SUL	6.118.394	18,88	0,09	4.586.588	1.531.806	25,04
Paraná	1.962.593	6,05	0,11	1.391.811	570.782	29,08
Santa Catarina	1.541.930	4,76	0,11	1.217.594	324.336	21,03
Rio Grande do Sul	2.613.871	8,06	0,06	1.977.183	636.688	24,36
CENTRO-OESTE	1.770.536	5,46	0,12	1.184.929	585.607	33,08
Mato Grosso do Sul	327.896	1,01	0,11	224.881	103.015	31,42
Mato Grosso	376.857	1,16	0,22	199.679	177.178	47,01
Goiás	713.877	2,20	0,13	460.639	253.238	35,47
Distrito Federal	351.906	1,09	0,01	299.730	52.176	14,83

**Tabela 08 - BENEFÍCIOS EMITIDOS, POR CLIENTELA, SEGUNDO AS ESPÉCIES
- 2022**

CÓD.	ESPÉCIES DE BENEFÍCIOS	QUANTIDADE		
		Total	Clientela	
			Urbana	Rural
	APOSENTADORIAS POR IDADE			
07	Aposentadoria por idade do trabalhador rural	42.510	–	42.510
08	Aposentadoria por idade do empregador rural	779	–	779
41	Aposentadoria por idade	12.044.613	5.308.539	6.736.074
81	Aposentadoria por idade compulsória (Ex-SASSE)	–	–	–
	Total de Aposentadorias por Idade	12.087.902	5.308.539	6.779.363